

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 17

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Haddad vai acrescentar propostas às prioridades..... 3

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

O risco fiscal e a política - ZEINA LATIF 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Em aceno a prefeitos, Lula dá aval a parcelar dívidas..... 7

FOLHA ONLINE - SP - CONGRESSO NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: frentes parlamentares se unem para derrubar vetos de Lula..... 9

G1 - NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Brasil se queixa de tarifaço norte-americano, mas também adota medidas protecionistas;
entenda 10

VALOR ONLINE - LEGISLAÇÃO
SEGURIDADE SOCIAL

STJ mantém CPRB em sua própria base de cálculo..... 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo segue cauteloso sobre tarifaço de Trump..... 15

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

MINISTRO DIZ QUE BRASIL NÃO VAI ENTRAR EM "GUERRA COMERCIAL"..... 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo sinaliza intenção de negociar com EUA exceção para tarifa do aço..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Gdades e Estados dos EUA devem se unir por questão climática, diz especialista..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

'Trump trade' começa a falhar com enfraquecimento do dólar..... 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Inflação recua. Alimentos, não..... 26

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - CIDADES
ECONOMIA

DF registra a segunda maior inflação do país..... 29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Capacidade de negociar do País definirá impacto econômico das tarifas..... 31

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Economistas veem IPCA mais alto em fevereiro 32

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Desaceleração do IPCA engana; cenário ainda é de preços em alta (Artigo) 33

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Alívio no Orçamento será maior que o previsto, afirma Haddad 34

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

América Latina "some" da lista de maiores superávits do Brasil 35

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Governo pode emitir sinais para ajudar a arrefecer a inflação (Editorial) 37

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
POLÍTICA

Líderes da Câmara devem usar reunião com Padilha para pedir mais espaço na Esplanada e
lista enxuta de prioridades 39

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Proposta de consignado privado não terá teto de juros 41

Haddad vai acrescentar propostas às prioridades

Caetano Tonet e Gabriela Guido De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o Executivo enviará novas propostas da agenda econômica para o Congresso em 2025. As matérias vão ser acrescentadas à lista de 25 projetos prioritários que Haddad, ao lado dos ministros Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Simone Tebet (Planejamento), apresentou na terça-feira (11) ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

"O que está aqui tá adiantado, mas outras propostas virão. O presidente Lula já tem um conjunto de medidas que estão em tramitação interna no governo que vão complementar as 25 iniciativas", disse Haddad, sem antecipar quais propostas estão sendo gestadas.

As conversas no encontro de terça-feira entre ministros e parlamentares foram dominadas por temas que estão no Senado, como o projeto de lei que prevê o fim dos supersalários no funcionalismo público, a nova Lei de Falências e o texto que estabelece a figura do devedor contumaz.

Alcolumbre reuniu para o encontro, realizado na residência oficial da presidência do Senado, os principais líderes da Casa, os futuros presidentes de comissões e membros da Mesa Diretora, totalizando 20 parlamentares. Com um quarto do Senado presente, entre governistas e opositores, o amapaense defendeu o diálogo para o avanço do que chamou de agenda de país.

"Esse é apenas o primeiro de muitos [encontros] que teremos para começarmos a conversar e a dialogar sobre o futuro do Brasil sem aspecto ideológico ou político-partidário. Que a gente possa buscar, a partir dessas reuniões, as nossas convergências e deixar um pouco das divergências de lado em prol do Brasil e dos brasileiros."

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), pontuou que os projetos da agenda econômica tendem a ter uma tramitação mais tranquila na Casa. "Quando se trata de pauta econômica e diz respeito diretamente ao futuro da economia, pode ter divergência que é normal, mas não tem aquela fissura fanatizada", disse.

O principal tema do encontro foi o projeto que prevê o fim dos supersalários no judiciário. "Acho que foi o tema que foi mais debatido. É um tema que está muito latente no Legislativo e tem muita adesão. A gente sabe que tem resistência fora, mas tem muita adesão no Congresso", afirmou o líder do União Brasil, Efraim Filho (PB).

Um impasse da proposta é a vinculação da matéria à proposta de emenda à Constituição (PEC) que reestrutura a carreira no judiciário, tese defendida pelo ex-presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Segundo a consultoria do Senado, a chamada PEC do quinquênio tem um impacto estimado de R\$ de pelo menos R\$ 81,6 bilhões até 2026.

"Nesse ponto [a vinculação à PEC] muita gente reclamou. Quando você abrir o quinquênio, por mais que esteja escrito que é Judiciário, você acha que o resto não vai vir pra cima?", questionou Jaques Wagner.

O líder do governo no Senado será o relator da nova Lei das Falências, tema que o governo pretende avançar ainda no primeiro semestre. O texto aprovado na Câmara permite que, em caso de falência do devedor, os credores possam eleger um gestor fiduciário, que coordenará a liquidação dos ativos e o pagamento dos créditos, conforme plano aprovado pelos próprios credores.

Em uma sinalização de retomada do protagonismo perdido no último biênio, o Senado irá apreciar o projeto do devedor contumaz. A proposta visa fortalecer os instrumentos da **Receita Federal** para combater sonegadores recorrentes de imposto.

No encontro, também foi debatido o projeto que será enviado com a ampliação da isenção do imposto de renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil. O desafio para o Executivo é emplacar a proposta de compensação da perda de arrecadação.

"O tema é bom. Dialoga com a classe média, com a vida real do brasileiro. O grande drama e que está todo mundo esperando é a compensação. Isso não é tarefa do Congresso, é do governo", afirmou Efraim Filho.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188115?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188115?page=1§ion=1)**

O risco fiscal e a política - ZEINA LATIF

ZEINA LATIF

Como se já não bastassem os desequilíbrios fiscais recorrentes, de difícil solução, pois demandam reformas constitucionais, há uma bomba fiscal se formando. Refiro-me a despesas obrigatórias da União que poderão crescer a um ritmo ainda mais rápido, até mais do que o já esperado.

Será grande o desafio do próximo presidente para iniciar o desmonte dessa bomba. Isso sob pena de inviabilizar o investimento público (ou as despesas discricionárias) e adicionar desconfiança ao já frágil regime fiscal, o que significa **inflação** e juros altos a perder de vista, e ameaças à governabilidade.

O próprio Tesouro Nacional estima que as despesas obrigatórias sujeitas às regras do arcabouço fiscal devem ter um crescimento real médio de 3% ao ano até 2034, acima dos 2,5% estabelecido pelo próprio arcabouço.

Entre outros, pesam bastante os gastos crescentes com o **INSS**, com crescimento médio esperado de 3,6% ao ano em termos reais, im-pactado pela regra de correção do salário mínimo (o cálculo considera 2,7% de ajuste real, em linha com o crescimento do **PIB**, e não o limite de 2,5% recentemente aprovado) e pelo próprio envelhecimento da população.

O risco hoje é de a taxa de crescimento real das despesas ser ainda mais elevada. Cito aqui alguns pontos de atenção.

Provavelmente os números do **INSS** serão mais inflados adiante, considerando, por exemplo, o crescimento do Microempreendedor Individual (MEI), que conta com benefício bastante subsidiado - contribui-se com apenas 5% do salário mínimo para receber seu valor integral na inatividade. Hoje são aproximadamente 15 milhões de pessoas nesse regime, ante 7,9 milhões em 2017, com idade média de 41 anos.

Haverá despesas novas associadas aos dois fundos criados na **reforma tributária** do IVA. O Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais, que durará até o fim de 2032, receberá da União R\$ 8 bilhões em 2025 e atingirá R\$ 32 bilhões em 2028 e 2029. E o Fundo de Desenvolvimento Regional, previsto por 20 anos, contará com aportes da União que começam em R\$ 8 bilhões em 2029, chegando a R\$ 42 bilhões em 2034 e R\$ 60 bilhões em 2043.

Outra dor de cabeça é o pagamento de precatórios. São R\$ 70,7 bilhões inscritos para 2025, ante R\$ 18,5 bilhões em 2015. Há combustível para mais crescimento. O valor das demandas judiciais com risco provável atingiu R\$ 1,12 trilhão em 2023, representando 3,2% da despesa primária total.

E urgente o diagnóstico das causas do seu crescimento e a projeção de gastos com precatórios, para se formular ações que mitiguem esse risco.

Estados e municípios são outro capítulo. As garantias concedidas pela União a empréstimos feitos totalizaram R\$ 334 bilhões. Diante das fragilidades financeiras dos entes subnacionais, o total de honras pagas foi de R\$ 11,5 bilhões em 2024.

Considerando o mais novo programa de renegociação da dívida dos estados, o quadro pode piorar. Trata-se de um programa com condições ainda mais generosas que os anteriores e que não impõe contrapartidas de ajuste estrutural dos entes. Pelo contrário, abre espaço para mais gastos e comportamentos oportunistas, na espera de novos acordos futuramente.

O Brasil retomou reformas fiscais em 2016, depois de mais de uma década no vácuo e de retrocessos institucionais - como no uso abusivo dos bancos públicos e nas contabilidades criativas para esconder o rombo fiscal. Há o que se celebrar.

Os avanços, porém, são lentos e insuficientes à luz das muitas distorções existentes, e são cercados de equívocos em outras frentes. Com Bolsonaro, houve furos na regra do teto, o re-presamento no pagamento de precatórios e uma fórmula equivocada de elevação de gastos com educação (novo Fundeb). O atual governo aumentou muito os gastos, inclusive fora do Orçamento, e elevou a rigidez orçamentária ao inflar as despesas obrigatórias.

A solução dos problemas fiscais é complexa. Demanda um bom entendimento do Executivo e capacidade política.

Nesses tempos de apelo por candidaturas de outsiders, conforme capturado por pesquisas recentes, o quadro fiscal preocupa ainda mais. Figuras fora da política costumam vender sonhos que encantam eleitores cansados, mas não apontam saídas reais para os problemas.

Que a política encontre caminhos para candidaturas reformistas. E que apontem na campanha os planos para construir a solvência fiscal, garantindo legitimidade para implementar as medidas.

Notícias Relacionadas:

O GLOBO ONLINE - RJ
O risco fiscal e a política

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Em aceno a prefeitos, Lula dá aval a parcelar dívidas

VICTOR CORREIA / ISRAEL MEDEIROS

Em meio à queda de popularidade, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez uma série de acenos para os municípios e minimizou as cobranças ao Planalto, durante o Encontro de Novos Prefeitos e Prefeitas, evento organizado pelo próprio governo federal, que reúne quase quatro mil gestores municipais em Brasília.

Lula apelou para o diálogo com todo o espectro político, voltando a dizer que não deixará de atender a demandas da oposição. "Nenhum prefeito e nenhuma prefeita será discriminado por não ser do meu partido, porque falou mal do meu ministro. Todos foram eleitos pelo povo", discursou.

O chefe do Executivo levou ao palanque todos os seus 38 ministros e os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos- PB); e do Senado, Davi Alcolumbre*** (União-AP), além dos presidentes das três grandes entidades municipalistas.

Para agradar aos prefeitos, o governo federal sinalizou apoio à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2023, que permite o parcelamento das dívidas dos municípios.

O texto foi defendido pelos presidentes da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski; da Frente Nacional de Prefeitos e Prefeitas (FNP), Edvaldo Nogueira; e da Associação Brasileira de Municípios (ABM), Ary Vanazzi.

Por sua vez, Hugo Motta anunciou que vai criar a comissão especial para tratar da PEC. A matéria, já aprovada pelos senadores, permite o parcelamento especial das dívidas, além de um novo modelo de pagamento de precatórios pelas prefeituras.

No evento, Lula também disse que os prefeitos não vieram a Brasília para fazer pedidos. "Vocês nem trouxeram pauta de reivindicação, porque essa não era uma reunião de reivindicar. Porque na Marcha dos Prefeitos, vocês vão trazer a pauta de reivindicação, como todo ano trazem, e todo ano o governo responde", afirmou.

Ele aproveitou para dar um recado aos prefeitos que criticaram o aumento do piso do magistério, anunciado

pelo Ministério da Educação no fim de janeiro. O valor foi corrigido em 6,27%, para R\$ 4.867,77. "Neste país, professor já foi motivo de verso, de poesia, de músicas. Hoje, o professor é tratado mal e porcamente, e muita gente acha que ganhar R\$ 4.800 para passar o dia inteiro com o filho da gente na escola é muito, quando, na verdade, a gente deveria valorizar o trabalho hercúleo do professor dentro da escola", ressaltou.

Antes, Ziulkoski havia reclamado do aumento. "Imagine: 29% dos funcionários municipais são professores. Não vou citar o município, mas tem professor ganhando mais de R\$ 40 mil por mês. Valorizar o magistério é bom, mas onde está o dinheiro para pagar?", questionou.

***Emendas: Alcolumbre prega transparência

Em discurso, Davi Alcolumbre afirmou que as emendas parlamentares devem ser aperfeiçoadas, se necessário. "Enquanto presidente do Congresso Nacional, saibam que lutaremos juntos para que os municípios sejam cada vez mais fortalecidos no Orçamento público do Brasil", ressaltou. "É evidente que, como qualquer outro recurso público, as emendas devem estar submetidas ao controle dos órgãos responsáveis e também devem ser inseridas no contexto do equilíbrio das contas públicas e da responsabilidade fiscal."

**

Alcolumbre defende parceria com governo / ISRAEL MEDEIROS

Em reunião que durou cerca de duas horas, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pediu ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), prioridade para votar uma série de medidas que o governo considera essenciais para melhorar sua popularidade visando 2026.

A lista, com 25 iniciativas, já havia sido apresentada, na semana passada, ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos- PB), e contempla temas como avanço na regulamentação da **reforma tributária** sobre o consumo e a reforma da **renda**, na qual está incluída a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil.

O clima foi amistoso e teve afagos tanto da parte de Haddad quanto de Alcolumbre. "Se o Brasil não crescer de forma sólida, sustentável, tudo fica mais difícil. Dividir um bolo pequeno é difícil. Quando você o faz aumentar, você vai acomodando as pressões e vai tornando as contas públicas mais robustas", disse o ministro. "O Brasil cresceu, nos últimos dois anos, quase 7%, também em função do que já foi aprovado pelo Congresso." Segundo ele, há outras medidas sendo preparadas pelo governo para complementar as 25.

Já Alcolumbre afirmou que há um "espírito de colaboração" do Legislativo para com as pautas do governo e que tanto ele quanto Hugo Motta - a quem chamou de amigo - estão dispostos a trabalhar com o Executivo para fazer avançar as propostas.

"O governo do presidente Lula é um governo que foi eleito pelo povo brasileiro, e o Parlamento precisa estar ladeado às agendas do governo, logicamente colaborando e contribuindo para melhorar e aperfeiçoar essa agenda com o olhar do Parlamento", frisou Alcolumbre.

O presidente do Senado afirmou também que há disposição de unir o Legislativo "em prol de uma agenda comum de país".

"O governo do presidente Lula é um governo que foi eleito pelo povo brasileiro, e o Parlamento precisa estar ladeado às agendas do governo"

Davi Alcolumbre (União- AP), presidente do Congresso

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6981/12-02-2025.html?all=1>

Reforma tributária: frentes parlamentares se unem para derrubar vetos de Lula

Nivaldo Souza

As frentes parlamentares do Agronegócio (FPA) e Empreendedorismo (FPF) uniram forças para pressionar o presidente do Congresso Nacional, senador Davi Alcolumbre (União-AP), a convocar sessão de votação de vetos presidenciais sobre trechos da **reforma tributária**, convertida na Lei 214/2025. O tema foi discutido nesta terça-feira (11) em almoços semanais organizados pelas frentes.

O principal alvo é o veto sobre o trecho que garantia isenção fiscal aos fundos imobiliários (FIIs) e ligados ao segmento agropecuária (Fiagro).

A possibilidade de taxaço dos fundos estressou o mercado, represando novos investimentos. O freio nos aportes levou as equipes dos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Jorge Messias (Advocacia-Geral da União) a negociar a manutenção do veto, apontado como necessária. O governo comprometeu-se a enviar um projeto de lei garantindo a isenção dos fundos ou mesmo um complemento ao PLP 108/2024, que regulamentará a segunda parte da reforma e que está parado no Senado.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

Em troca, o Planalto pedia para os vetos serem mantidos. O governo quer evitar iniciar o relacionamento com os novos presidentes da Câmara e do Senado vendo decisões diretas do presidente Lula sendo rejeitadas em plenário.

As negociações começaram há uma semana. Até o momento, a solução para a tensão não foi enviada. Isso acirrou os ânimos dos setores imobiliário e agronegócio ante a paralisia na entrada de novos recursos nos fundos para financiar projetos. "Queremos derrubar o veto. Depois, se o governo quiser, analisamos um projeto de lei", afirmou o presidente da FPE, deputado Joaquim Passarinho (PL-PA).

"Precisamos mostrar ao governo como a taxaço pode ser ruim para esses dois setores no momento que o país precisa de investimento no setor produtivo",

ponderou.

O deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), escalado como articulador das frentes com o governo, observou que uma semana é pouco tempo para o governo enviar uma proposta ao Congresso. Mas disse que, seja projeto de lei ou derrubada de veto, o tema precisa avançar nos próximos dias. "Vou atuar pela solução que vier primeiro", afirmou.

A sessão de vetos não tem data marcada. O Congresso precisa analisar se mantém ou rejeita 55 grupos de vetos presidenciais, sendo 17 da primeira parte da regulamentação da **reforma tributária**.

Nos bastidores, especula-se que Alcolumbre não marcará a sessão antes de uma reunião com ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) no dia 27 de fevereiro. Ele pretende negociar uma solução para o impasse das chamadas "emendas secretas" do Orçamento, alvos de embargos **impostos** pelo ministro Flávio Dino e de investigação da Polícia Federal por desvio de recursos.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2025/02/reforma-tributaria-frentes-parlamentares-se-unem-para-derrubar-vetos-de-lula.shtml>

Brasil se queixa de tarifaço norte-americano, mas também adota medidas protecionistas; entenda

Por **Alexandro Martello, g1 - Brasília**

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou nas últimas semanas aumentos do imposto de importação para países como México e Canadá, mantendo-os em suspenso por um mês, ao mesmo tempo em que subiu as tarifas para a China e sobre produtos específicos, como aço e alumínio.

Esta última medida, anunciada nesta semana, impacta diretamente produtores brasileiros. Em 2024, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, o Brasil exportou US\$ 9,3 bilhões em ferro, aço e alumínio. Desse total, US\$ 4,4 bilhões foram para os EUA (47,6% das vendas globais dos produtos).

Como tarifas de Trump a aço e alumínio do Brasil e do mundo podem prejudicar economia americana

As motivações de Trump para as sobretaxas são diversas. Em algumas situações, como México e Canadá, ele cita questões de segurança nas fronteiras. Já no caso da China, a justificativa é o tráfico de fentanil (droga que causou milhares de mortes nas últimas décadas) - sendo o país asiático apontado como principal produtor.

Já o aumento do imposto de importação para o aço e alumínio é justificado pelo presidente norte-americano com a necessidade de retomar empregos no país. Questões econômicas também são o motivo de uma possível sobretaxa a produtos da União Europeia, ainda não formalizada.

Estas ações se inserem do lema da campanha de Donald Trump desde 2016, **MAGA**, é a sigla para **Make America Great Again** (em tradução livre, Tornar a América Grande Novamente).

Reação brasileira

Após o anúncio, o governo brasileiro passou a analisar medidas de reciprocidade às tarifas americanas, considerando inclusive as respostas adotadas por México, Canadá e China.

O presidente Lula tem dito sempre com muita clareza,

outros países também, que guerra comercial não faz bem para ninguém. O Brasil não estimula e não entrará em nenhuma guerra comercial. Sempre seremos favoráveis a que se fortaleça cada vez mais o livre comércio, declarou o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, nesta terça-feira (11) sobre a taxaço de aço e alumínio brasileiros.

O aumento das restrições à entrada de produtos nos EUA, inclusive de origem brasileira, trouxe à tona o debate sobre se a economia nacional não pode também ser considerada protecionista.

??O tamanho do relacionamento de um país com o resto do mundo é uma indicação disso. Ele é obtido por meio do índice de abertura comercial - que considera a soma das exportações com as importações, na proporção com o Produto Interno Bruto (**PIB**).

Os números mostram que, embora o país tenha aumentado seu grau de abertura comercial nas últimas décadas, a economia brasileira ainda é relativamente fechada (protecionista) em sua relação com o resto do mundo.

Dados do Banco Mundial mostram que o índice de abertura comercial (exportações mais importações) do Brasil foi de 33,85% do **PIB** em 2023, último ano disponível. O Brasil ficou acima dos EUA, que registrou um índice de cerca de 25% do **PIB** em 2023. A economia norte-americana, entretanto, transaciona muito mais com o exterior, sendo o principal comprador mundial e o segundo maior exportador por ter um **PIB** dez vezes maior que o brasileiro. A economia brasileira ficou abaixo, porém, da média da OCDE (países ricos), da média mundial e também da América Latina e do Caribe. O Brasil superou a Argentina, mas teve uma abertura comercial menor do que países europeus, como Alemanha, França e Reino Unido, e também nações emergentes, como a China, o Chile, o México e a Índia.

O Brasil nunca foi muito aberto, e não é só o Brasil. Os quatro países do Mercosul têm tarifas relativamente altas frente aos outros emergentes, disse Welber Barral, presidente do Instituto Brasileiro de Comércio

Internacional e Investimentos (IBCI) e ex-secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento.

Ele avalia que, em termos acadêmicos e práticos, a abertura comercial traz mais concorrência, investimentos e tecnologia.

Países que te uma abertura nos setores que principalmente são mais competitivos, você tem um ganho de eficiência muito grande , diz o ex-secretário.

Barral defende, porém, uma abordagem pragmática no comércio, ou seja, observando o comportamento dos parceiros para tomar decisões, e considerando, também, a pouca eficácia da Organização Mundial de Comércio (OMC).

Não dá pra ser irrealista, doutrinário. Nos produtos onde o Brasil é muito competitivo, sofre muita barreira comercial. Em produtos agrícolas, carnes e aços por exemplo , avaliou Barral.

Para o executivo, o próximo grande impacto de abertura comercial vai ser o acordo de livre comércio do Mercosul com a União Europeia, que está concluído mas aguardando a aprovação dos países e blocos envolvidos.

Segundo Cornelius Fleischhaker, economista do Banco Mundial no Brasil, o fato de a economia brasileira ser relativamente fechada está relacionado com escolhas que os governos fizeram ao longo das últimas décadas de proteger o mercado local e, com isso, de não participar das chamadas cadeias globais de valor .

Vira uma questão de galinha e ovo. Na economia moderna globalizada, para poder competir com a sua exportação, sobretudo de produtos manufaturados, mais complexos, você tem que poder de importar. Se você vê as economias avançadas, quando eles exportam o produto mais ou menos sofisticado, bens de capital, bens de consumo durável, ele vai trazer, dentro dele, um monte de componentes e partes importadas. Quando você fecha a importação de produtos intermediários, você não deixa a possibilidade de ter competitividade nos produtos finalizados , explica Fleischhaker, do Banco Mundial.

Ele observa que, de fato, o Brasil tem alguns problemas que impedem uma competição mais direta com países desenvolvidos, como um sistema tributário obsoleto, e uma taxa de juros elevada, além de falta de mão de obra qualificada, mas avalia que isso não pode ser motivo para não participar das cadeias globais.

A indústria vai sempre se queixar e dizer que não

consegue competir. Não que não seja verdadeiro, mas geralmente quando uma indústria está exposta à competição, ela encontra um jeito de se virar. Ou eles deixam o mercado, que também faz parte do desenvolvimento econômico , diz o economista.

Fleischhaker avalia que uma maior competição pode ser um incentivo ao investimento, por exemplo, em mão de obra qualificada, e lembra que a **reforma tributária** melhora, nos próximos anos, o ambiente tributário no país. O economista ainda pontua que o Brasil poderia sim se beneficiar de um nível maior de abertura comercial.

Isso deveria fazer com que a produtividade possa finalmente aumentar, que foi o grande desafio do Brasil nas últimas décadas, fora do setor agrícola. Obviamente, isso teria disfunções. É necessário que as empresas que não conseguem fazer produtos de boa qualidade a um preço razoável saiam do mercado, mas obviamente tem de se pensar em como ajudar os trabalhadores que possivelmente perderão os empregos , conclui ele.

Como o protecionismo é aplicado?

No caso do Brasil, o protecionismo a determinados produtos, ou seja, aumento do imposto de importação, tem de ser combinado com os demais países do Mercosul (Argentina, Paraguai e Uruguai) - bloco comercial criado em 1991.

??Desde 1994, vigora a chamada Tarifa Externa Comum (TEC), com alíquotas definidas pelos países do Mercosul, que vão de zero a até 20%. ??Os produtos com maior valor agregado (tecnologia) costumam ter tarifa mais alta. ??E há, ainda, uma lista de exceção à TEC, por meio da qual o governo brasileiro pode reduzir ou aumentar o valor do imposto de importação para alguns produtos.??Com isso, a alíquota de importação pode subir a até 35% (limite da OMC), ou ser reduzida a zero, se estiver enquadrada na lista de exceções à TEC.??Considerando essas regras, o IBCI estimou que a alíquota média de importação no Brasil é de 12%, bem superior à dos Estados Unidos (3%).

Dependendo do entendimento do governo brasileiro, em cada momento de sua história, as sobretaxas podem ser aumentadas ou reduzidas, por meio da lista de exceções ou acordos com os países membros do Mercosul.

Quando há desabastecimento de algum produto em um país do Mercosul, a nação pode retirar esse item da sobretaxa e reduzir o imposto por meio de sua inclusão na lista de exceção à TEC. Em geral, máquinas e equipamentos, e produtos usados na Zona

Franca de Manaus, têm alíquotas baixas de importação, além de itens destinados a regimes específicos do Brasil, como Repetro e Reporto, entre outros. Há acordos automotivos entre países do Mercosul com regras específicas de comércio, e tarifas altas para veículos de fora do bloco comercial. Acordos comerciais entre o Mercosul e outros blocos, ou países, também são uma forma de aumentar o nível de abertura da economia brasileira.

Em 2013, por exemplo, no governo da presidente Dilma Rousseff, um decreto criou uma lista de 100 produtos que tiveram as tarifas de importação aumentadas. A lógica era impedir importações consideradas predatórias à indústria local.

Em contraponto, em 2022, o governo formalizou uma redução em 10% das alíquotas da TEC do Mercosul. A decisão, defendida pela equipe econômica do governo Bolsonaro, buscava estabelecer uma estrutura tarifária mais eficiente para ampliar a inserção dos países do Mercosul no comércio internacional, além de aumentar a competitividade e a integração das economias do bloco .

O aumento da abertura internacional era defendido pelo então ministro da Economia da gestão Bolsonaro, Paulo Guedes, como uma medida para aumentar a competitividade da indústria local e fomentar o crescimento do país. O governo de Donald Trump, nos EUA, por sua vez, não está adotando princípios liberais em termos e comércio exterior ao aumentar o protecionismo. Na realidade, está indo na direção oposta.

Em termos históricos, o índice de abertura da economia brasileira somou 20,6% na média entre 1960 e 2023. O menor indicador, registrado no início da série, em 1960, foi de 12,6% do **PIB** (exportações mais importações). O maior índice de abertura aconteceu na gestão do presidente Jair Bolsonaro, em 2022, com quase 39% do **PIB**.

No início da década de 90, o Brasil teve uma onda de abertura comercial, com o plano Collor I. Houve uma redução gradual das tarifas de importação. A ideia era que, com importados mais baratos, os produtores nacionais seriam forçados a reduzir seus preços e melhorar a qualidade dos produtos.

Esse processo de aumento da abertura comercial continuou nos governos do presidente Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 2002, e no primeiro mandato de Lula. A abertura comercial teve queda no segundo mandato de Lula, mas teve prosseguimento gradual nos anos seguintes.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/02/12/brasil-se-queixa-de-tarifaco-norte-americano-mas-tambem-adota-medidas-protencionistas-entenda.ghtml>

STJ mantém CPRB em sua própria base de cálculo

Por Luiza Calegari - De São Paulo

A 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) integra sua própria base de cálculo. Ao julgar ontem precedente sobre o tema, os ministros deram razão ao argumento da Fazenda Nacional. Como a 2ª Turma já decidiu no mesmo sentido, o entendimento da Corte fica pacificado.

Instituída no ano de 2011 pelo governo de Dilma Rousseff, a CPRB permite hoje a desoneração da folha salarial de 17 setores intensivos em mão de obra que, juntos, são responsáveis pela manutenção de cerca de 9 milhões de empregos formais. Em vez de pagar 20% sobre a folha de pagamentos ao **INSS**, esses contribuintes recolhem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta.

Por unanimidade, prevaleceu no julgamento o voto do relator, ministro Gurgel de Faria. Ele destacou que a tributação ocorre mediante a inclusão, na base de cálculo da CPRB, dos **tributos** incidentes na operação comercial, "inclusive dos valores relativos à própria CPRB" (REsp 1999905).

Os contribuintes argumentavam que a CPRB não poderia compor a própria base de cálculo, e pediam a aplicação do entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) na chamada "tese do século", que assentou que o ICMS não compõe a base do PIS e da Cofins (Tema 69).

Segundo Gurgel de Faria, no entanto, a interpretação análoga que cabe ao caso é a do Tema 1.048. Nele, o STF considerou constitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo da CPRB. Após esse julgamento, realizado em 2021, o STJ adequou a própria tese para manter o ICMS na base da CPRB (Tema 994).

Ainda envolvendo a CPRB, o Supremo deve julgar a exclusão do PIS e da Cofins da base da contribuição previdenciária. A discussão tem potencial impacto de R\$ 1,3 bilhão, segundo levantamento dos escritórios Machado Associados e BVZ Advogados, a pedido do Valor (Tema 1.186). Não há data para o julgamento.

Em 2022, ao julgar a questão da CPRB na base de cálculo da CPRB, por meio do recurso de uma indústria têxtil, a 2ª Turma não abordou o mérito da

discussão, que entendeu ser constitucional (REsp 1986209). Mas em outro processo sobre o assunto, aplicou o entendimento do Supremo a respeito do ICMS na base de cálculo da CPRB.

"A Suprema Corte reafirmou a constitucionalidade e legalidade do conceito de receita bruta trazido pelo artigo 12 do Decreto-Lei 1.598/1977, com a nova redação dada pela Lei 12.973/2014, não se aplicando as razões do Tema 69 do STF à presente discussão", diz o acórdão (REsp 1967400).

Segundo tributaristas, o entendimento do STJ não muda nada para os contribuintes, que já são obrigados a recolher a CPRB incluindo a própria contribuição na base de cálculo. Letícia Micchelucci, sócia do Loeser e Hadad Advogados, pontua que a decisão privilegiou a literalidade da lei vigente, uma vez que o Decreto-Lei nº 1.598/77, citado por Gurgel de Faria, define a receita bruta como o total das operações, incluindo os **tributos** incidentes.

Do ponto de vista do contribuinte, no entanto, o entendimento foi "excessivo", aponta Letícia. "A inclusão de um tributo na própria base de cálculo gera um efeito cascata, o que contraria princípios como o da capacidade contributiva."

A especialista lembra que a própria **reforma tributária**, já aprovada, determina o cálculo por fora dos **tributos**, e essa deveria ser a realidade tributária há muito tempo. "A decisão privilegia a arrecadação fiscal, mas deixa margem para debates sobre a justiça tributária e a coerência do sistema", diz ela.

Rodrigo Marinho, sócio do Machado Meyer, afirma que o tema é mais um reflexo do julgamento da chamada "tese do século", que deu razão ao contribuinte ao excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins. Nessas teses reflexas, no entanto, "temos visto que os tribunais superiores estão rechaçando os argumentos dos contribuintes".

Em relação à CRPB, ele lembra ainda de outro precedente do Supremo, que definiu que o ISS compõe a base de cálculo da CPRB (Tema 1.135). Tanto nesse caso quanto no do ICMS, diz Marinho, o Supremo diferenciou a discussão sobre CPRB do caso que deu origem à "tese do século".

O tributarista Newton Domingueti, sócio do Vellozo Advogados, lembra que a CPRB foi instituída como uma alternativa para empresas que usam muita mão de obra e que, por isso, tinham uma carga de contribuição previdenciária muito pesada, por incidir sobre a folha de pagamentos.

No Supremo, o ministro Alexandre de Moraes, relator dos dois acórdãos sobre a base de cálculo da CPRB, entendeu que a contribuição incidente sobre a receita bruta é uma liberalidade da administração pública, desde que a adesão à sistemática se tornou facultativa, no ano de 2015. Permitir a exclusão dos **impostos** da base de cálculo seria, para o ministro, ampliar um benefício fiscal, o que violaria o artigo 155, parágrafo 6º da Constituição Federal (RE 1285845).

Assim, a aplicação do precedente do STF pelo STJ não foi uma surpresa para os especialistas. Mas, segundo Domingueti, reforçou a impressão de que a possibilidade do impacto financeiro para os cofres públicos pesou na avaliação dos ministros.

"Quando julgou o Tema 1.048, o Supremo teve uma preocupação orçamentária, tanto do impacto que isso teria para a arrecadação no futuro, quanto se houvesse a necessidade de devolução das parcelas pagas indevidamente nos últimos cinco anos", diz.

Domingueti ressalva, no entanto, que, embora nos julgamentos relacionados à CPRB o contribuinte tenha saído perdendo, esse resultado não aponta a mesma tendência para outras teses filhotes. "A justificativa [favorável à Fazenda] vem sendo a diferenciação entre a CPRB e o PIS e a Cofins. Mas nos casos do ISS (Tema 118) e dos próprios PIS e Cofins (Tema 1.067) nas bases de cálculo do PIS e da Cofins, já há precedentes favoráveis e possibilidade de vitória dos contribuintes", afirma.

Em nota ao Valor, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) diz que a Fazenda vem defendendo que o Tema 69 da repercussão geral do STF (a "tese do século") deve ser aplicado à situação específica que foi seu objeto. "Tanto o STF como o STJ têm tido a necessária prudência ao aplicá-lo, resguardando a coerência do sistema tributário nacional e a segurança jurídica. No caso específico, muito mais adequada foi a aplicação do Tema 1.048/STF para reconhecer que não é possível a dedução da CPRB de sua própria base de cálculo".

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
STJ mantém CPRB em sua própria base de cálculo

Site:

<https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2025/02/12/stj->

[mantem-cprb-em-sua-propria-base-de-calculo.ghml](#)

Governo segue cauteloso sobre tarifaço de Trump

RAFAELA GONÇALVES E RAPHAEL PATI

As tarifas de 25% sobre as importações de aço e alumínio, anunciadas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, devem entrar em vigor a partir de 12 de março para todos os países, incluindo o Brasil, de acordo com as declarações emitidas pela Casa Branca.

O Brasil é o segundo maior exportador de aço para os EUA, com um total de 4,08 milhões de toneladas exportadas somente em 2024, ficando atrás apenas do Canadá, que liderou com 5,95 milhões de toneladas.

O governo brasileiro mantém a postura de cautela, preferindo não se pronunciar. No início da noite de ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apenas lamentou a decisão e disse que medidas unilaterais, como essa, são "contraproducentes para a melhoria da economia global". "A economia global perde com isso, com essa retração, com essa desglobalização que está acontecendo", afirmou o ministro, após encontro com Lula, no Palácio do Planalto.

Sobre a possibilidade de negociar condições melhores para a relação comercial entre os países, Haddad reconheceu que ainda não sabe qual a disposição do governo dos EUA para negociações.

A respeito das demandas do setor de aço e alumínio, o ministro ressaltou que se reúne com frequência com representantes do segmento e avalia que deve ter um novo encontro com essas lideranças após a volta de uma viagem que fará ao Oriente Médio, entre os próximos dias 14 e 20 de fevereiro.

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin, não comentou.

A postura brasileira contrasta com a de outros países afetados.

A União Europeia e o Canadá prometeram impor respostas duras ao "tarifaço" de Trump.

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, disse que o bloco vai agir para proteger seus interesses econômicos.

"Tarifas são **impostos** - ruins para os negócios, piores para os consumidores", afirmou. "Tarifas injustificadas sobre a UE não ficarão sem resposta - elas desencadearão contramedidas firmes e proporcionais", completou.

Já o primeiro-ministro do Canadá, Justin Trudeau, reforçou que as tarifas são inaceitáveis e que o governo canadense dará uma resposta firme e clara. As declarações foram feitas durante a Cúpula de Ação de Inteligência Artificial, realizada em Paris, e que conta com a presença de diversos chefes de Estado. Outros países, como México, França e Alemanha, também se posicionaram contra a medida.

Indústria

Em posicionamento oficial, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) manifestou "enorme preocupação" diante das tarifas anunciadas antontem.

A entidade ressaltou que as exportações industriais são essenciais para o crescimento econômico e fortalecimento da competitividade do Brasil, além de destacar que a barreira a esses produtos nos Estados Unidos causa apreensão ao setor.

"Essa medida é prejudicial tanto para a indústria brasileira quanto para a norte-americana.

Lamentamos a decisão e vamos atuar em busca do diálogo para mostrar que há caminhos para que seja revertida", declarou o presidente da CNI, Ricardo Alban. Ontem, o Instituto Aço Brasil se posicionou sobre a medida, em nota, comunicando que recebeu "com surpresa" o decreto assinado por Trump. Para a entidade, a mudança viola o acordo firmado em 2018, quando Trump colocou uma taxa de 25% sobre todas as importações de aço e de 10% sobre as de alumínio, excluindo os vizinhos Canadá e México, dois dos principais fornecedores desses produtos. À época, o governo norte-americano permitiu que outros países solicitassem a inclusão em uma lista de exceção. O governo do então presidente Michel **Temer** fez o pedido e foi aprovado.

Para a entidade, o acordo atendeu, na época, não só aos interesses do Brasil em preservar acesso ao seu principal mercado externo de aço, mas também aos interesses da indústria de aço norte-americana,

demandante de placas brasileiras. Segundo o instituto, as exportações brasileiras não ultrapassaram "em momento algum", os volumes estabelecidos tanto para semiacabados quanto para produtos laminados.

No **comunicado**, a Aço Brasil ressaltou, ainda, que o mercado brasileiro sofre atualmente com uma "concorrência predatória", especialmente por parte da China, que intensificou as exportações dos produtos nos últimos anos. O instituto fez um pedido ao governo brasileiro para que implementasse uma medida de defesa comercial.

**

Cúpula sobre IA sem avanços

Os Estados Unidos e o Reino Unido se recusaram, ontem, a assinar uma declaração global aprovada por 58 países, incluindo Brasil, União Europeia e China, que pedem uma inteligência artificial (IA) "aberta", "inclusiva" e "ética".

Os signatários do documento se pronunciaram a favor de uma maior coordenação na governança internacional da IA, o que exige um "diálogo multilateral", e para evitar a "concentração de mercado".

O vice-presidente dos EUA, J. D. Vance, disse, no evento, que considera um erro fazer parcerias com "regimes autoritários" para desenvolver ou regular a IA, numa clara mensagem à China. A Cúpula sobre IA ocorreu por seis dias, em Paris (França).

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6981/12-02-2025.html?all=1>

MINISTRO DIZ QUE BRASIL NÃO VAI ENTRAR EM "GUERRA COMERCIAL"

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou ontem que o Brasil não vai entrar em nenhuma guerra comercial após o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, impor tarifas de 25% sobre as importações de aço e alumínio, o que afeta as exportações brasileiras. A medida entra em vigor em 12 de março. Padilha também acrescentou que a questão ainda não foi discutida dentro do governo federal, por isso não há posição sobre medidas a serem adotadas. "(O governo) não fez nenhuma discussão em relação a isso. O que o presidente Lula tem dito sempre, com muita clareza, outros países também: guerra comercial não faz bem para ninguém. Um dos avanços importantes do mundo nos últimos anos foi exatamente a gente constituir um instrumento de diálogo entre os países, o reforço do livre comércio, o papel da OMC (Organização Mundial do Comércio) em relação a isso", afirmou o ministro.

"Então o Brasil não estimula e não entrará em nenhuma guerra comercial. Sempre seremos favoráveis a que se fortaleça cada vez mais o livre comércio", completou. As declarações foram dadas a jornalistas após a cerimônia de abertura do Encontro de Novos Prefeitos e Prefeitas, em Brasília. Também participaram o presidente Lula (PT) e os novos presidentes da Câmara e do Senado, respectivamente Hugo Motta (Republicanos-PB) e Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). No início da noite, Lula teria se reunido com seus ministros para discutir a posição do Brasil. A tendência é de que o país busque a via da negociação.

Na segunda-feira, Donald Trump confirmou a elevação das tarifas sobre as importações de aço e alumínio para 25% e o cancelamento de cotas para grandes fornecedores, como o Brasil. Em seu ato, Trump citou o aumento expressivo de compra de aço da China pelo Brasil entre as justificativas para elevar as tarifas. "As importações brasileiras de países com níveis significativos de sobre-capacidade, especificamente a China, cresceram tremendamente nos últimos anos, mais do que triplicando desde a instituição deste acordo de cotas", diz um dos trechos da ordem executiva adotada pelo republicano.

O texto traz uma longa justificativa para a adoção da medida que afeta os principais vendedores de aço para os EUA. Os americanos argumentam, em linhas gerais, que países que foram beneficiados por

exceções às tarifas impostas pelo próprio republicano em seu primeiro mandato - como é o caso do Brasil, que tem uma cota - aumentaram significativamente suas exportações para os EUA nos últimos anos. Na argumentação de Trump, esses países estariam comprando cada vez mais aço da China, maior exportadora mundial e causadora do fenômeno conhecido como excesso de capacidade (ou sobre-capacidade), e como consequência enviando suas produções locais para o mercado americano.

"As exportações de aço da China aumentaram recentemente, ultrapassando 114 milhões de toneladas métricas até novembro de 2024, deslocando a produção de outros países e forçando-os a exportar volumes maiores de artigos de aço e artigos derivados de aço para os Estados Unidos", afirma o texto assinado por Trump. O efeito imediato desse cenário é a perda de espaço do setor metalúrgico americano, o que configura um risco à segurança nacional, ainda segundo o presidente americano.

O Brasil não é o único país citado no documento. O republicano se queixa que as importações de aço do México e do Canadá também aumentaram entre 2020 e o ano passado. No caso mexicano, Trump alega que as crescentes importações da China sugerem que há uma manobra de países que ainda estão submetidos às tarifas de contornar as barreiras comerciais e entrar no mercado americano de aço.

Nem mesmo a Argentina de Javier Milei, admirador de Trump, escapou das críticas. Para o presidente americano, preocupa a falta de transparência nos dados fornecidos pelos argentinos. "Com base nas estatísticas comerciais oficiais divulgadas pela Argentina, é difícil avaliar os níveis de aço sendo importados de lugares como China e Rússia, e outras fontes potenciais de capacidade excedente", diz.

fim da cota

Técnicos do governo Lula estão debruçados sobre a ordem executiva do republicano. Numa primeira avaliação, o diagnóstico é que não haverá qualquer tipo de exceção e que o impacto sobre o Brasil é basicamente o fim da cota que o país detinha para exportar aço ao país - ou seja, estaria submetido a partir de março a uma tarifa de 25%. Produtos semiacabados de aço estão entre os principais itens

exportados pelo Brasil aos EUA. São materiais intermediários da siderurgia, que precisam ser processados para se tornarem produtos finais. Eles são utilizados como matéria-prima para a fabricação de itens como chapas, perfis, tubos e outros produtos.

Na avaliação de um membro do governo Lula (PT), qualquer medida adotada agora ser-viria para abrir negociação entre os envolvidos, de forma individual ou coletiva. Especialistas e integrantes do governo consideram que o Brasil tem um conjunto limitado de normas jurídicas para reagir imediatamente a uma eventual imposição de tarifas por parte de Trump. Antes do anúncio oficial dos EUA, a diretora-geral da OMC (Organização Mundial do Comércio), Ngozi Okonjo-Iweala, aconselhou os países atingidos a "pegar o telefone" e conversar com Trump. Segundo ela, o republicano "gosta de diálogo".

EUROPEUS

A União Europeia afirmou que responderá com "contramedidas firmes e proporcionais" após a decisão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de impor tarifas sobre todas as importações de aço e alumínio, aumentando os temores de uma guerra comercial. Trump assinou decretos no fim da segunda-feira (10), elevando a taxa tarifária dos EUA sobre o alumínio para 25% em relação à taxa anterior de 10% e eliminando exceções de países e acordos de cotas. As medidas entrarão em vigor em 12 de março, confirmou uma autoridade da Casa Branca. A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, disse que lamenta profundamente a decisão dos EUA, acrescentando que as tarifas são **impostos** que são ruins para as empresas e piores para os consumidores. As exportações de aço da UE para os EUA atingiram uma média de cerca de 3 bilhões de euros (US 3,1 bilhões) por ano na última década. "Tarifas injustificadas sobre a UE não ficarão sem resposta - elas desencadearão contramedidas firmes e proporcionais. A UE agirá para proteger seus interesses", disse ela em um **comunicado**. Von der Leyen não forneceu detalhes sobre a resposta.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Governo sinaliza intenção de negociar com EUA exceção para tarifa do aço

CAIO SPECHOTO, AMANDA PUPO e IVO RIBEIRO

Um dia depois de o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, formalizar a imposição de tarifa de 25% sobre todas as importações de aço e alumínio do país, ministros sinalizaram ontem a disposição do governo brasileiro de evitar a adoção de contramedidas e tentar avançar numa negociação com autoridades americanas.

Em 2024, o Brasil foi o segundo maior fornecedor de aço para os EUA, atrás apenas do Canadá. Ainda não houve um pronunciamento oficial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"Guerra comercial não faz bem para ninguém. O Brasil não estimula e não entrará em nenhuma guerra comercial", disse o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha. "Um dos avanços importantes dos últimos anos foi exatamente constituir um instrumento de diálogo entre os países e o reforço do livre comércio." A declaração foi dada pela manhã, em Brasília, depois da abertura de encontro de prefeitos.

No fim do dia, foi a vez de o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reforçar a indicação de cautela em relação a uma eventual reação mais firme do governo brasileiro.

Haddad disse que o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) está organizando as informações sobre o tema para apresentá-las ao presidente Lula e que é preciso conhecer a "minúcia" do anúncio de taxaço. O novo sistema de taxaço só entrará em vigor em 12 de março.

O ministro defendeu, contudo, que a linha brasileira é a mesma proposta na presidência do G-20, em que o País defendeu uma "globalização sustentável".

"Nós estamos imaginando voltar para a mesa de negociação com propostas nessa direção", disse Haddad, ao citar a avaliação de que medidas unilaterais como as tomadas pelos EUA são contraproducentes para a melhoria da economia global.

Ele também mencionou que o tarifaço não atinge só o Brasil e que é preciso acompanhar as reações de

países como México, Canadá e China. Ele lembrou ainda que, em 2018, no primeiro mandato de Trump, os EUA recuaram de impor a mesma sobretaxa sobre o aço brasileiro ao aceitarem um sistema de cotas. "Então, por isso, o Mdic está fazendo essa avaliação, para levar para o presidente o quadro geral, e nós vamos avaliar conjuntamente." Analistas ouvidos pelo Estadão afirmam que o governo brasileiro deveria privilegiar a abertura de negociação com os EUA. Para Rubens Barbosa, que foi embaixador do Brasil em Londres e Washington, o momento pede movimentos com "pragmatismo" e "sem ideologia" (mais informações na pág. B4).

ARTICULAÇÃO. Sob o impacto da decisão do presidente americano, a indústria siderúrgica brasileira começou a se articular para buscar formas de enfrentar os efeitos das medidas.

Representantes do Instituto Aço Brasil foram ontem a Brasília, onde tiveram reuniões com técnicos da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) e da Câmara de Comércio Exterior (Camex), ambos ligados ao Mdic. Aconteceu também um encontro no Ministério de Relações Exteriores (MRE), conforme apurou o Estadão com uma pessoa ligada ao instituto, que representa as fabricantes de aço no País.

A tarifa de 25% deve atingir, principalmente, as exportações brasileiras de material semiacabado (placas e tarugos), que representam quase 90% das vendas. Esse item é adquirido por empresas locais que não fabricam placas para transformá-las em produtos acabados voltados para diversos setores industriais do país.

Entre as siderúrgicas que atuam no Brasil, as mais atingidas pelas medidas de Trump são as fabricantes de placas ArcelorMittal, com duas unidades fabris no País, e a Ternium, no Rio de Janeiro. O caso da companhia do empresário indiano Lakshmi Mittal é mais crítico: as unidades brasileiras abastecem 100% das necessidades da laminadora que o grupo, com a Nippon Steel, opera no Estado de Alabama. São 5 milhões de toneladas por ano que vão para essa planta, chamada Calvert.

Oficialmente, em nota, o Instituto Aço Brasil afirmou que as empresas do setor estão confiantes na abertura de diálogo entre os governos para

restabelecer o fluxo de produtos de aço para o mercado americano nas bases acordadas em 2018. Por esse sistema, o Brasil manteria cota de exportação de 3,5 milhões de toneladas ao ano de placas isentas de **impostos**. Somando aços acabados, o total chega a 4,2 milhões de toneladas. "Estados Unidos e Brasil detêm parceria comercial de longa data, que vem sendo, historicamente, favorável ao primeiro", afirmou a entidade.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Cidades e Estados dos EUA devem se unir por questão climática, diz especialista

Camila Zarur Do Rio

As mudanças climáticas devem ser enfrentadas agora, do contrário vão demandar ainda mais dinheiro para remediar seus impactos. Esta é a principal tese de Gregor Robertson, embaixador do Pacto Global de Prefeitos (GCOM, na sigla em inglês) e enviado especial para cidades da Coalizão para Parcerias Multiníveis de Alta Ambição (Champ), iniciativa lançada na COP28, em Dubai, para aproximar países e atores subnacionais na elaboração e planejamento de metas mais ousadas de redução de gases do efeito estufa.

Com Donald Trump na Casa Branca, o especialista aposta numa união de cidades e Estados americanos para garantir o compromisso do país com as questões ambientais. Robertson, contudo, pondera que sem apoio ações podem ser limitadas. "Podemos fingir que não precisamos investir - e alguns governos nacionais estão escolhendo fazer isso politicamente -, mas os impactos são reais", afirma.

No Brasil para encontro com prefeitos em Brasília, nesta quarta-feira (12), canadense vê liderança brasileira para incentivar cooperação global pelo clima, mas diz que é preciso transformar ações em resultados práticos.

"Cidades podem ajudar oferecendo medidas concretas para promover mudanças de fato", defende Robertson, que vê municípios na vanguarda de agenda climática.

A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor:

Valor: Como a integração entre diferentes níveis de governo ajuda na mudança climática?

Gregor Robertson: As mudanças climáticas são o maior desafio que a humanidade já enfrentou. Elas estão abalando nossas vidas e economias de forma incalculável, e pioram a cada ano. A única maneira de enfrentar um problema tão gigantesco quanto esse é trabalhando juntos e concentrando em medidas concretas. A Champ é a primeira iniciativa no nível das Nações Unidas em que os países se comprometeram a trabalhar em conjunto com governos subnacionais para implementar ações climáticas. Atualmente, 75 países já se comprometeram em incluir cidades,

Estados e regiões em seus planos nacionais climáticos. Precisamos dessa colaboração para termos bem-sucedidos no enfrentamento ao aquecimento global. Se olharmos para o que cada um está fazendo, vamos ver que 75% das cidades estão realizando mais ações climáticas do que os governos federais. Então, são os municípios que estão liderando essa agenda. E são eles que sentem primeiro o impacto dos desastres. A única maneira de enfrentar de fato o problema é a partir do local com o nacional investindo, possibilitando e sendo um bom parceiro para garantir a atuação e as respostas necessárias na ponta. Devemos nos coordenar e colaborar como nunca fizemos antes. Existem muitos elos quebrados nessa cadeia hoje. Temos que garantir que essas conexões sejam mais fortes, tanto financeira quanto política e economicamente, para alcançarmos bons resultados.

Valor: Ao atualizar suas metas de emissão no ano passado, o Brasil incluiu a Champ e governança multilateral em seus esforços. Outros países devem fazer o mesmo?

Robertson: Ao incluir os governos subnacionais e o compromisso da Champ nas suas metas, o Brasil deu um exemplo fantástico. Os Emirados Árabes Unidos fizeram o mesmo, e acho isso promissor. Temos a presidência da COP28, que iniciou a Champ, e a presidência da COP30 comprometidas em colaborar com as diferentes instâncias de governo. O Brasil tem demonstrado uma grande liderança na pauta ambiental, e isso nos dá muita esperança para a COP30. As redes de cidades, como GCOM e C40, estão incentivando muitos países a seguir o exemplo brasileiro. Acho que veremos um nível de compromisso sem precedentes neste ano, mas precisamos transformar esse compromisso em ação. É fácil falar, fazer grandes promessas, mas a ação é o que realmente importa no mundo real. E é aí que as cidades podem ajudar, oferecendo medidas concretas para promover mudanças de fato. As cidades fazem isso porque é bom para elas, as torna mais limpas e eficientes, além de manter as pessoas mais seguras. Esse é o investimento mais inteligente que podemos fazer para o nosso futuro.

Valor: Como a saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris e o novo mandato de Trump afetam o combate às mudanças climáticas?

Robertson: As cidades vão agir, independentemente de quem esteja no governo federal. Sempre há dois cenários possíveis: ou as cidades ficam limitadas pela administração federal, ou são impulsionadas a fazer mais. O que vimos quando Trump saiu do Acordo de Paris em seu primeiro mandato foi líderes subnacionais, prefeitos e governadores se movimentando e sinalizando com muita clareza que ainda estavam comprometidos com as metas de emissão. Os americanos continuaram a investir em ações contra o aquecimento global, apesar de quem estava na Casa Branca. Espero ver o mesmo agora. Como prefeito, você precisa lidar com todos os espectros de gestão federal. Eu lidei tanto com governos difíceis que não apoiavam nenhum investimento urbano, quanto os que focavam em parcerias e entregas para e com as cidades. Temos exemplos como o de Lula, que investem em programas de cidades verdes e resilientes. E temos governos como o de Trump que não apoiam as cidades. Mas isso não pode nos impedir de tomar as medidas necessárias e buscar o máximo de parceiros possíveis para isso.

Valor: Como financiar as ações de prevenção e mitigação?

Robertson: As cidades são responsáveis por mais de 70% da poluição que está causando as mudanças climáticas. Portanto, elas precisam ser mais limpas, mais eficientes e reduzir suas emissões. Do contrário, as mudanças climáticas irão piorar. No U20, identificamos a necessidade de US\$ 800 bilhões em financiamento público para as cidades. Ao todo, anualmente até 2030, precisamos investir cerca de US\$ 4,5 trilhões. Parece muito, mas mais da metade da população mundial vive nas cidades, estamos falando de mais de 4 bilhões de pessoas. Os US\$ 800 bilhões viriam, idealmente, dos governos centrais, mas essa cifra representa só 20% do que precisamos por ano. Esse restante seria de investimento privado. A verba pode vir de instituições financeiras internacionais, filantropia, bancos de desenvolvimento público. Inclusive, já temos um importante diálogo em andamento com as instituições de fomento para aumentar o investimento direto nas cidades. Esses valores são um investimento que fazemos para o nosso futuro. São números grandes, mas não dependem totalmente de um governo nacional ou de um país. Claro, é bom tê-los como parceiros, mas, como falei, as cidades vão agir e trabalhar com parceiros que estão dispostos e têm capacidade de investir.

Valor: Mas não ter o apoio dos governos federais também causa um impacto negativo, certo?

Robertson: Os prefeitos farão o que for preciso, independentemente de qualquer coisa, e encontrarão os melhores parceiros. Mas suas ações podem ser limitadas. Se os governos nacionais estiverem obstruindo os esforços climáticos, haverá mais impactos, mais vidas perdidas e mais perdas econômicas. A verdade é que, se não fizermos esses investimentos e não tomarmos as medidas necessárias, os efeitos vão ser piores e isso nos custará mais dinheiro. Mais pessoas vão morrer e mais cidades e comunidades serão destruídas por desastres climáticos. Inevitavelmente isso terá reflexos na economia, com sinalizações ao mercado por meio de seguradoras e de quebras de modelos de negócio. É só ver como foram os últimos desastres no Brasil e nos EUA, cada um deles teve um impacto de dezenas de bilhões de dólares e custos de reconstrução. Podemos fingir que não precisamos investir - e alguns governos nacionais politicamente estão escolhendo fazer isso -, mas as consequências são reais, o custo para a economia é real e os sinais no mercado serão sentidos. Ou investimos de forma mais sábia e proativa para prevenir esses impactos, ou pagamos pelos danos e corremos atrás do prejuízo, o que é bem mais caro. De qualquer forma, temos que lidar com isso. Esse problema, das mudanças climáticas, não vai desaparecer. No fim das contas, estamos todos pagando **impostos** como cidadãos. Pagamos **impostos** no nível municipal, estadual e federal. Queremos que tudo isso funcione e nos ajude, certo? Estamos investindo em nós mesmos. Mas espero que não haja muita obstrução no nível nacional por parte de governos que não querem investir em manter as pessoas seguras e a nossa economia saudável, enquanto as mudanças climáticas estão piorando.

Valor: Cada cidade tem diferentes necessidades. Como levar isso em conta no financiamento para conter os efeitos climáticos?

Robertson: A prioridade é, com certeza, das cidades e países em desenvolvimento e do Sul Global. É onde investir é mais necessário para garantir que as pessoas estejam seguras e que as economias se desenvolvam de forma limpa e verde, em vez de se desenvolverem gerando mais poluição e agravando o problema. Já as cidades do Norte Global precisam de investimentos para reduzir sua poluição - foi ela que criou a crise climática e os impactos nas cidades do Sul Global. Esses dois investimentos devem ser feitos ao mesmo tempo. Quando falamos de US\$ 4,5 trilhões em infraestrutura até 2030, é para podermos fazer isso equilibrando as necessidades do mundo todo. E vale dizer que as estimativas do necessário para adaptação climática são muito conservadoras. Nós temos uma noção bem clara do que é preciso para reduzir as emissões, eletrificar tudo e fazer a transição dos combustíveis fósseis para uma energia renovável. É

mais difícil quantificar quanto se trata de adaptação e resiliência, e a maior demanda está no Sul Global. Tudo depende da magnitude dos desastres, dos furacões, das enchentes, etc. Esses números estão subindo muito rápido, o que torna a previsão difícil. Por exemplo, em Vancouver [Canadá] estamos investindo cerca de 50 bilhões de dólares canadenses para adaptar a cidade devido ao aumento do nível dos oceanos. Acontece que se o mar avançar ainda mais, e estamos vendo isso ocorrer, é provável que tenhamos que investir mais nos próximos 20 anos para resolver o mesmo problema. Vemos o mesmo acontecer em Lagos, na Nigéria, e Jacarta, na Indonésia. Por isso reforço que vai nos custar mais se não agirmos agora. Quanto mais tempo demormos para enfrentar os impactos climáticos, mais nos custará em adaptação.

Valor: É possível mudara mentalidade de que o combate às mudanças do clima não é rentável?

Robertson: Há oportunidades muito empolgantes. Investindo em transportes limpos, edifícios sustentáveis, gestão de resíduos, tudo isso gera emprego e reduz custos. Toda a análise econômica dessa transição é positiva. Exceto para as indústrias de óleo, gás, concreto e aço. Qualquer indústria de alta emissão de carbono precisará se transformar para adotar tecnologias mais limpas, e isso custa dinheiro. Então, temos visto uma resistência. Esses setores esperam poder continuar com seus negócios normalmente, mantendo uma infraestrutura de alto carbono por mais tempo possível. Isso é uma decisão empresarial. A questão é que isso está acabando com o nosso planeta e com as pessoas. Estamos em uma crise existencial, onde precisamos mudar muitas indústrias existentes e transformá-las em limpas e verdes para nos proteger e sermos bem-sucedidos no enfrentamento às mudanças climáticas. Isso cria uma enorme oportunidade em termos de empregos e investimentos, mas essas indústrias que citei precisam fazer a transição. São os setores mais lucrativos da história humana, que geram receita para os governos nacionais também. Por isso é difícil mudar o sistema atual. Mas será que é aceitável que algumas companhias e investidores enriqueçam enquanto o resto do mundo sente os reflexos negativos disso? É necessária uma grande movimentação, sobretudo política, para dizer: "Vamos agir por todos, vamos agir pelo nosso futuro e vamos acelerar a transição". Isso terá um custo. São políticas difíceis e questões empresariais que precisam ser resolvidas nesse processo. Temos meios e formas para lidar com isso. Mas, infelizmente, eles não estão entregando resultados. As mudanças climáticas estão piorando, a desigualdade está aumentando, os ricos estão ficando mais ricos e o planeta está esquentando. Portanto, o sistema atual não está entregando o melhor resultado

para o maior número de pessoas ou para o bem comum. E é aí que precisamos ver mudanças.

"É fácil falar e fazer grandes promessas, mas ação é o que realmente importa no mundo real"

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188115?page=1§ion=1>

'Trump trade' começa a falhar com enfraquecimento do dólar

Por Harriet Clarfelt, Joseph Cotterill e Ian Smith, Em *Financial Times* - Nova York e Londres

As apostas do "Trump trade", que previam um dólar mais forte e rendimentos mais altos dos bônus, fracassaram até agora no ano, com os investidores adotando uma visão mais pessimista sobre as consequências econômicas da guerra comercial do novo governo dos Estados Unidos.

O dólar caiu e os Treasuries se recuperaram desde o começo de janeiro, contrariando as expectativas generalizadas dos investidores de que os planos do presidente Donald Trump de impor tarifas comerciais e cortar os **impostos** manteriam a **inflação** e as taxas de juros elevadas.

"Apesar da sensação contrária, se você realmente olhar de forma mais ampla para o começo deste ano, verá que muitas das 'apostas Trump' não funcionaram", diz Jerry Minier, chefe adjunto de negociações de câmbio G10 no Barclays. "Isso está fazendo as pessoas reavaliarem."

Os investidores se afastaram dos "Trump trades" em parte porque, até agora, as tarifas do presidente dos EUA têm sido menos agressivas do que muitos esperavam. Mas muitos também temem que a incerteza desencadeada pela guerra comercial intermitente possa começar a prejudicar a confiança na economia dos EUA, minando a reação positiva do mercado à eleição de Trump em novembro do ano passado.

O "cardápio médio" das apostas populares, como apostar contra o euro ou o yuan chinês, não tem recompensado os investidores este ano, segundo Minier. "Continuamos precisando de motivos para que a valorização do dólar continue a se estender, mas, pelo menos por enquanto, essas razões foram afastadas", acrescenta ele.

As apostas de que as políticas inflacionárias de Trump dariam menos espaço para o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) cortar as taxas de juros e prejudicariam o crescimento de parceiros comerciais dos EUA ajudaram a impulsionar uma grande alta do dólar. A moeda americana ganhou 8% contra uma cesta de moedas fortes entre o fim de setembro e o final do ano.

Os gestores de ativos mudaram para uma posição líquida comprada em dólar em dezembro pela primeira vez desde 2017, segundo uma análise de contratos futuros de câmbio feita pelo CME Group. Mas até agora no ano, a moeda americana caiu 0,2%.

As expectativas de **inflação** mais alta também ajudaram a empurrar os rendimentos dos títulos do Tesouro dos EUA de dez anos para 4,8% em janeiro, o maior nível desde o fim de 2023. Os rendimentos dos títulos se movem no sentido inverso dos preços.

Mas agora eles caíram para 4,53%, já que o foco do mercado mudou da **inflação** para os temores de que a economia dinâmica dos EUA possa vacilar sob o novo presidente. "Há um temor latente de que o crescimento possa estar desacelerando", diz Torsten Slok, economista-chefe da firma de investimentos Apollo, com uma guerra comercial "podendo ter algumas implicações para o crescimento".

Este mês, Trump recuou no último momento nas ameaças de impor tarifas abrangentes ao México e ao Canadá, concedendo aos dois países um adiamento de 30 dias. Mas ele seguiu em frente com as tarifas adicionais de 10% sobre as importações da China, e, na noite de sexta-feira, disse que iria aplicar novas tarifas ao Japão, para enfrentar o déficit comercial com o aliado mais importante dos EUA na região do Indo-Pacífico.

Ele também anunciou planos de impor uma tarifa de 25% às importações de aço e alumínio.

Os mercados emergentes, amplamente esperados como vítimas específicas da guerra comercial e de um dólar mais forte, também desafiaram as expectativas nas últimas semanas, depois de um 2024 ruim em que algumas moedas atingiram mínimas de vários anos.

Desde o começo do segundo mandato de Trump no mês passado, o peso chileno ganhou mais de 3%, enquanto o peso colombiano e o real brasileiro subiram mais de 6% em relação ao dólar.

Os estrategistas do Bank of America se tornaram positivos em relação aos mercados emergentes, acreditando que as apostas no dólar mais forte, que se encontra em seu nível mais alto em termos de taxa de

câmbio efetiva real desde 1985, estão excessivas.

"Trata-se de uma posição extremamente carregada, e muito do ruído das tarifas já está sendo precificado", diz David Hauner, chefe da estratégia de renda fixa para mercados emergentes globais do banco. "Não é que não possa piorar - é claro que pode - mas, por enquanto, dado o vaivém das últimas semanas, já precificamos uma quantidade considerável."

Investidores dizem que os bancos centrais dos mercados emergentes têm espaço para cortar os juros para dar suporte ao crescimento econômico, após aumentos agressivos nas taxas nos últimos anos para combater a **inflação**. México, República Checa e Índia reduziram seus juros na semana passada.

As taxas de juros reais - ajustadas pela **inflação** - também estão mais altas em grande parte do mundo em desenvolvimento do que nos EUA, tornando lucrativo tomar empréstimos em dólares e investir nos mercados emergentes.

"Não importa como você analise, as moedas locais se tornaram muito, muito baratas - mesmo que o dólar não enfraqueça daqui para frente e apenas se estabilize", diz um gestor de fundos de mercados emergentes, que acaba de voltar do Brasil em busca de ativos com preços baixos.

Site:

Inflação recua. Alimentos, não

RAFAELA GONÇALVES

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a **inflação** oficial do país, desacelerou para 0,16% em janeiro, ante uma alta de 0,52% em dezembro de 2024. Segundo os dados, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esse é o menor resultado para o primeiro mês do ano desde 1994, quando iniciou o Plano Real.

Com o desempenho do primeiro mês do ano, o acumulado em 12 meses recuou para 4,56%.

A desaceleração foi motivada pelo desconto no valor das contas de luz. Entretanto, o resultado foi novamente impactado pelo preço dos alimentos. Dos nove grupos apurados, apenas três registraram recuo no último mês.

Os preços da energia elétrica residencial tiveram queda de 14,21% e exerceram o maior impacto negativo sobre o índice. A retração decorreu da incorporação do Bônus de Itaipu, creditado nas faturas emitidas em janeiro.

Segundo o economista da XP, Alexandre Maluf, o indicador geral veio abaixo de suas expectativas, que tinham projeção de alta de 0,20%. Apesar disso, ele destaca que o alívio deve ser momentâneo. "É uma queda bastante relevante. Se não fosse isso (a queda dos preços da energia), o IPCA estaria mais perto de 0,80%", afirmou.

"Lembrando que esse desconto, na verdade, foi agora implementado em janeiro, mas vai haver a volta correspondente em fevereiro, de modo que nós, o mercado, projetamos algo como 1,4% de **inflação** em fevereiro", destacou Maluf.

A maior variação para mais veio do grupo dos transportes, com uma alta de 1,30%, impulsionada pelas passagens aéreas, que subiram 10%, e pelos ônibus urbanos, com variação de 3,84%, devido a reajustes nas tarifas em 7 das 16 áreas pesquisadas.

O grupo alimentação e bebidas, por sua vez, registrou seu quinto aumento consecutivo, de 0,96%. Nesse grupo, a alimentação no domicílio subiu 1,07%, influenciado pelas altas da cenoura, do tomate e, novamente, do café moído. As carnes, que vinham com sucessivas altas, cresceram menos, encerrando janeiro com elevação de 0,36%. Alguns cortes, como

patinho registraram queda no preço.

Já a alimentação fora do domicílio desacelerou de 1,19% em dezembro para 0,67% em janeiro.

A alta dos alimentos tem incomodado o governo, que avalia medidas que possam contribuir para a redução dos preços. O resultado da **inflação** de janeiro ainda reflete pressões persistentes em setores essenciais, como transportes e alimentação, conforme ressaltou João Kepler, CEO da Equity Fund Group.

"A elevação dos preços nesses segmentos mantém o custo de vida elevado e reforça a necessidade de atenção à condução da política monetária. Embora a **inflação** venha desacelerando em comparação com períodos anteriores, sua trajetória ainda demanda cautela por parte do Banco Central", disse.

Juros

De acordo com Kepler, a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) nas próximas reuniões será crucial para equilibrar o controle RAFAELA GONÇALVES RAPIDINHAS Mercado S/A AMAURI SEGALLA amaurisegalla@diariosassociados.com.br Os combustíveis sustentáveis para transporte deverão responder por quase 5% da demanda global Demanda por biocombustíveis revoluciona setor de transportes O cenário está dado. Até 2028, a demanda global por biocombustíveis para transportes deverá crescer pelo menos 30%, segundo a Agência Internacional de Energia (IEA). Essa previsão, considerada conservadora pela própria entidade, significa um consumo anual adicional de cerca de 38 bilhões de litros.

Etanol e diesel renovável deverão representar dois terços do crescimento, enquanto o restante ficará na conta do biodiesel e do combustível sustentável de aviação (SAF).

Confirmada a projeção, os combustíveis sustentáveis para transporte deverão responder por quase 5% da demanda global - e ainda podem chegar a 6,4% numa previsão mais otimista. Mas não é só isso. Pressionadas por custos, aumento de competitividade e regulamentações ambientais, indústrias e grandes edificações também buscam combustíveis alternativos. Somando-se a demanda dessas áreas ao setor de transportes, os combustíveis renováveis deverão representar 5,5% do consumo de energia global até 2030. É uma revolução sem volta.

Redes sociais Olivier Hoslet/AFP Fotos: Divulgação inflacionário com a retomada do crescimento econômico, garantindo um ambiente mais estável.

"Não adianta o governo dizer para comprar alimentos mais baratos, já que o café faz parte da cesta básica", avaliou.

Economistas avaliam ainda que as tarifas sobre importações impostas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, podem contribuir para pressões inflacionárias e tarifas recíprocas podem contribuir ainda mais nesse cenário.

"Os núcleos de **inflação** seguem elevados, com destaque para serviços e indústria, reforçando a pressão sobre o Banco Central. Diante desse cenário, é provável que o Copom mantenha uma postura firme na política monetária, podendo até elevar a Selic (taxa básica de juros) novamente para conter os riscos inflacionários e alinhar as expectativas ao centro da meta", ponderou André Matos, CEO da MA7 Negócios.

**

Melhora no preço da carne

O preço das carnes deu uma leve trégua na **inflação** de janeiro.

Após meses de acentuado aumento, a alta no mês arrefeceu para 0,36%. Alguns cortes chegaram a ficar mais baratos, como patinho, acém e costela. "As chuvas vieram, começa a melhorar o pasto, isso tudo traz condições que podem beneficiar a produção", explicou o gerente do IPCA, Fernando Gonçalves.

A cesta de alimentos básicos registrou um aumento de 14,22% em 2024, de acordo com a Associação Brasileira de Supermercados (Abras). A expectativa da entidade é de que haja um aumento seguido dos preços para este ano, fazendo com que itens essenciais possam ter uma alta de 1,1% até o fim de 2025.

Para Leandro Rosadas, especialista em gestão de supermercados, há diferentes motivos para desencadear esse movimento, indo de **inflação** a mudanças climáticas no país. "Dos 18 produtos essenciais da cesta, 12 passaram por uma alta em seus valores. A carne bovina foi um dos itens mais impactados, apresentando um aumento de mais de 25%", disse.

"No entanto, a população sentiu ainda mais nos bolsos as altas expressivas nos itens de café da manhã, com aumento de quase 40% do café torrado e moído. Já o

leite longa vida registrou o crescimento de 18,83% no seu valor.

Itens como o óleo de soja, que teve um aumento de 29,22%, e o arroz, com o crescimento de 8,24%, evidenciam a complexidade do cenário", complementou o especialista.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6981/12-02-2025.html?all=1>

Desaceleração

Inflação recua em janeiro com desconto na energia elétrica



RESULTADO POR GRUPOS

- Transportes: 1,30%;
- Alimentação e bebidas: 0,96%;
- Saúde e cuidados pessoais: 0,70%;
- Despesas pessoais: 0,51%;
- Educação: 0,26%;
- Habitação: -3,08%;
- Comunicação: -0,17%;
- Vestuário: -0,14%;
- Artigos de residência: -0,09%.

ALIMENTOS COM MAIOR ELEVAÇÃO

- Café moído, aumento de 8,56% e impacto de 0,04% na inflação dos alimentos;
- Tomate, aumento de 20,27% e impacto de 0,04%;
- Cenoura, aumento de 36,14% e impacto de 0,02%.

Fonte: IBGE



DF registra a segunda maior inflação do país

A **inflação** no Distrito Federal foi uma das que mais aumentou em janeiro de 2025. No último mês, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do DF cresceu 0,56%, 0,4 pontos percentuais acima da elevação média do país, de 0,16%. A capital ficou atrás apenas de Aracaju, que registrou alta de 0,59%.

Na comparação acumulada dos últimos 12 meses entre as capitais, Brasília ocupa o quarto lugar, com índice em 4,89% - novamente acima da média nacional, de 4,56%.

Em janeiro, a alta foi puxada principalmente pelos setores de alimentação e transporte, os mais impactados pela **inflação**. De acordo com o indicador do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), foram registradas variações de 1,08% e 2,88% nos setores, respectivamente.

No setor de alimentos, na variação mensal e no acumulado dos últimos 12 meses, Brasília teve resultados acima do nacional, com destaque para a alimentação fora do domicílio, com variação acumulada de 9,05%. No resultado nacional, a variação foi de 6,74% no mesmo subgrupo e período. Nos últimos 12 meses, a variação de alimentação em domicílio no DF foi de 7,60% ante a 7,45% na média brasileira no mesmo período.

Bens e serviços mais caros

"Inicialmente, o resultado do IP-CA serve para informar à população o quanto os preços variaram de um período para outro para um certo conjunto de famílias. Além disso, podem ser usados como fatores de reajuste de contratos, como aluguéis e salários", explicou o economista e professor da Universidade Católica de Brasília (UCB), Matheus de Paiva.

Conforme destacou, o aumento da **inflação** registrado no DF significa que bens e serviços estão mais caros, impactando significativamente o padrão de consumo das famílias, especialmente as mais pobres.

Na análise de Matheus, quando há **inflação**, invariavelmente todas as famílias empobrecem, porque o valor da moeda diminui. As famílias mais pobres, portanto, sofrem mais porque "ficam numa situação relativamente pior do que famílias de maior renda, que possuem alguns mecanismos para se protegerem da **inflação**, como investimentos dolarizados, bitcoin, ouro e imóveis", disse.

O professor avalia que "os índices de preços são subestimados, ou seja, a **inflação** real normalmente é cerca de três vezes mais alta do que a divulgada oficialmente", comentou o especialista.

Impacto para empresários e consumidores

A alta nos preços dos alimentos foi sentida pela supervisora de cozinha no restaurante Apetit Natural, na Asa Norte, Jacira Ramos Santana, 43 anos. "A gente compra mais caro e tem que vender mais caro, aí acaba perdendo a clientela. As pessoas são atraídas pelo preço em conta, então às vezes procuram um restaurante mais barato", relatou.

Para tentar contornar momentos como esse, a supervisora aposta na redução de opções de produtos no cardápio ou na diminuição da variedade de oferta de um item. A estratégia tem como objetivo evitar a substituição por produtos de menor qualidade do que aqueles

que os clientes já conhecem e aprovam. O desafio, segundo ela, é gerir bem a matéria-prima do cardápio para que o consumidor não seja lesado e, ao mesmo tempo, haja redução de gastos com as compras.

Por outro lado, os empresários do restaurante The Plant, na Asa Sul, decidiram antecipar o reajuste para ter uma folga neste momento em que todos os demais do ramo estão precisando aumentar os preços no cardápio.

"Nós realizamos um reajuste de preço em novembro do ano passado, porque a gente estava relativamente defasado. Só que a gente já reajustou um pouco mais porque sabia que a **inflação** ia vir forte. Então jogamos um pouco mais de margem em novembro para quando viesse o reajuste", contou Davi Guedes Neves, administrador do estabelecimento.

"Quando a gente reajustou os preços, as pessoas não estavam reajustando. Agora que todo mundo está reajustando parece que estamos com preços mais baratos do que os outros, mas isso aconteceu porque fizemos o reajuste com uma folga para essa **inflação** que a gente sabia que ia vir", disse.

Assim como Jacira, Davi evita diminuir a qualidade do produto ou fugir da proposta do restaurante. E para não chegar a preços exorbitantes ao consumidor, os donos do The Plant focam em 'engenharia de menu', isto é, diminuir a compra de variação de insumos para

que seja possível um volume maior de compra dos produtos, oferecendo "maior capacidade de controle e mais preparos com o mesmo insu-mo". "Então, engenharia de menu se torna ainda mais fundamental nesses momentos", explicou Davi.

Além do impacto no preço dos produtos necessários para se gerir os estabelecimentos, ambos perceberam também uma menor movimentação de clientela em janeiro deste ano na comparação com janeiro de 2024, o que significa menos pessoas comendo fora de casa.

Fuga dos preços altos

Da mesma maneira que os empresários, os consumidores buscam escapar do impacto da **inflação**. Sentadas à mesa de um restaurante na manhã de ontem em Brasília, duas amigas faziam algo bastante incomum no cotidiano delas: almoçar fora de casa. Uma delas, a professora de arte da rede pública de ensino do DF, Thanity Andrade, 32, disse que para as pessoas pobres sempre houve **inflação**. "Somos pessoas da periferia, sempre tivemos o hábito de comer comida de casa", disse.

Em uma rotina equilibrada entre preparar comida em casa e comer fora de do-micílio, o professor da Universidade de Brasília (UnB), Valdir Novelo, 38, notou o aumento do preço nos restaurantes e bares em que costuma frequentar. Em situações como essa, ele busca conhecer lugares com preços mais baratos, dependendo da ocasião.

"Às vezes a pessoa almoça em um lugar que é próximo do trabalho ou próximo da casa e, mesmo aumentando, não vale a pena se deslocar mais para achar outro lugar mais barato. Até porque quando aumenta em um lugar, geralmente aumenta no geral", ponderou Valdir.

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18506>

Capacidade de negociar do País definirá impacto econômico das tarifas

LUIZ GUILHERME GERBELLI

O impacto para a economia brasileira das tarifas de importação impostas pelos Estados Unidos ao aço e ao alumínio ainda é difícil de ser mensurado.

Economistas consultados pelo Estadão avaliam que os desdobramentos econômicos da medida anunciada pelo presidente Donald Trump vão depender da capacidade de negociação do governo brasileiro.

O Brasil é o segundo maior fornecedor de aço para os EUA.

Por ora, a maior dificuldade para traçar um cenário se dá porque não se sabe se os americanos estão dispostos a negociar eventuais concessões. Se algum país conseguir reverter total ou parcialmente a medida, certamente ganhará vantagem em relação a concorrentes.

O governo brasileiro tem alguns argumentos para tentar amenizar o impacto: 90% do aço que o País exporta para os EUA, por exemplo, é do tipo semiacabado, um produto intermediário, que, se ficar mais caro, pode representar mais **inflação** para o consumidor americano.

O Brasil também é deficitário nas relações comerciais com os EUA - ou seja, importa mais do que vende aos americanos.

"O Brasil precisa ser muito estratégico na negociação por exportar um produto intermediário e pelo fato de ter um déficit com os EUA", diz Alessandra Ribeiro, economista e sócia da consultoria Tendências.

"São argumentos que podem suavizar esse quadro." No seu primeiro mandato, em 2018, Trump chegou a impor tarifas de importação para o alumínio e aço. O Brasil, no entanto, conseguiu negociar e um sistema de cotas passou a vigorar. A cota brasileira é de cerca de 4,2 milhões de toneladas ao ano - 3,5 milhões de toneladas de placas e 680 mil de aços acabados.

DIÁLOGO. "A melhor postura para o Brasil é reforçar o diálogo com as autoridades públicas dos EUA", diz Lucas Ferraz, coordenador do Centro de Estudos de Negócios Globais da FGV EESP. "O diálogo é a estratégia mais correta para o governo." Numa

conjuntura mais difícil, em que o aço e o alumínio do Brasil seriam taxados em 25%, mas algum outro país consiga avançar na negociação, a leitura é de que os produtos brasileiros perderiam espaço nos EUA. E pior: a indústria local lidaria com um quadro interno adverso - a expectativa é de que o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro desacelere este ano diante da alta de juros e do menor impulso fiscal.

"Com uma tarifa (de importação) dessa magnitude, certamente haveria uma sobra de produção aqui dentro", diz Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados.

Num cenário de desvantagem, a indústria do aço e do alumínio veria uma queda nas exportações, o que traria impactos à produção industrial e, conseqüentemente, à atividade econômica e ao emprego.

Em 2024, 61% do aço exportado pelo Brasil foi para os EUA. "Algum impacto essa medida deve ter, mas é difícil dimensionar", diz José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).

"A melhor postura para o Brasil é reforçar o diálogo com as autoridades públicas dos Estados Unidos. O diálogo é a estratégia mais correta para o governo (brasileiro)"

Lucas Ferraz Coordenador do Centro de Estudos de Negócios Globais da FGV EESP

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Economistas veem IPCA mais alto em fevereiro

DANIELA AMORIM/RIO

Sem o impacto do bônus de Itaipu, o IPCA de janeiro teria ficado em 0,71%, o que indicaria uma aceleração da inflação em relação a dezembro. "Mas o pior é que essa deflação será "compensada" em fevereiro, levando o IPCA do mês, já impactado pelas mensalidades escolares, a subir para algo próximo de 1,3%", afirmou Luis Otávio Leal, economista-chefe da gestora de recursos G5 Partners, em relatório.

Para Alberto Ramos, chefe de economia para a América Latina do banco Goldman Sachs, o cenário é de "pressões inflacionárias crescentes" e "expectativas de inflação ainda desancoradas a curto e médio prazos". Segundo ele, isso, combinado ao nível de demanda acima da capacidade de produção do País e ao mercado de trabalho aquecido, vai requerer uma calibragem "altista da política monetária".

Já Nicolas Borsoi, economista- chefe da Nova Futura, diz que há uma "significativa piora" na qualidade da inflação.

"A baixa ociosidade da economia continua pressionando os itens mais relacionados ao ciclo de política monetária", afirma.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Desaceleração do IPCA engana; cenário ainda é de preços em alta (Artigo)

ALVARO GRIBEL

ALVARO GRIBEL REPÓRTER ESPECIAL E COLUNISTA DO "ESTADÃO" EM BRASÍLIA

inflação de janeiro ficou em 0,16%, a menor taxa para o mês desde a implementação do Plano Real, em 1994. À primeira vista, o número passa a sensação de que o pior da alta dos preços ficou para trás, mas houve um efeito atípico que permitiu a desaceleração do indicador: o bônus pago pela hidrelétrica de Itaipu aos consumidores de energia permitiu uma forte redução da conta de luz, que caiu 14,21%. Esse único item contribuiu para uma redução de 0,55 ponto no IPCA.

Pelos cálculos do economista Luis Otávio Leal, da gestora G5 Partners, sem o efeito da energia elétrica o IPCA de janeiro teria ficado em 0,71%, ou seja, teria acelerado na comparação com o mês de dezembro (0,52%).

Em janeiro, Itaipu distribuiu R\$ 1,3 bilhão referente ao saldo positivo que teve com a venda da sua energia. A medida foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em novembro e seguiu a determinação de uma lei de 2002 e de um decreto de 2021. A previsão era de que 78 milhões de consumidores fossem beneficiados.

No restante dos itens que compõem a cesta de produtos do IPCA, há uma série de notícias preocupantes. A taxa acumulada em 12 meses, que serve de referência para o chamado "regime de metas" do Banco Central, apesar do recuo de 4,83% para 4,56%, ainda permaneceu acima do teto da meta de **inflação** (a meta é de 3%, com teto de 4,5%). Mesmo com esse efeito atípico da energia elétrica, o número não voltou a ficar dentro da margem de tolerância.

O chamado índice de difusão, que mede a quantidade de produtos que subiram de preços, recuou um pouco, de 69% para 65%, mas o patamar permanece bastante elevado. Em outras palavras, quer dizer que, de cada 100 itens, 65 ficaram mais caros no primeiro mês do ano.

Dois grupos que mexem bastante com o bolso dos consumidores tiveram as maiores altas do índice. Transportes subiram 1,3%, com forte aumento de

passagens aéreas (10,42%) e ônibus urbanos (3,84%).

Já o grupo alimentação e bebidas teve o quinto aumento consecutivo, com alta de 0,96%. As carnes, que viraram obsessão nacional após as promessas de campanha do presidente Lula, subiram 0,36%.

A picanha, por sua vez, saltou 3,95% e acumulou alta de 12,36% em 12 meses, o maior patamar desde janeiro de 2022.

Leal pontua outros dados negativos do indicador de janeiro: os bens industriais já chegam a 2,99% em 12 meses, refletindo o aumento do dólar no País, e os chamados "serviços subjacentes", que têm forte correlação com os salários dos trabalhadores, saltaram para 0,86% no mês, o patamar mais alto desde junho de 2022.

Para fevereiro, ele projeta que, com o impacto do reajuste das mensalidades escolares, o índice deve acelerar para 1,3%, o que fará com que a taxa em 12 meses também volte a subir.

Apesar da desaceleração do IPCA em janeiro, a composição do indicador não foi boa.

Isso fará com que o Banco Central continue elevando a taxa Selic nas próximas reuniões do Copom. Hoje, a taxa está em 13,25%, e subirá pelo menos mais um ponto na reunião do Copom de março.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Alívio no Orçamento será maior que o previsto, afirma Haddad

BERNARDO LIMA E THAÍS BARCELLOS
economia@oglobo.com.br

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que a economia absorvida no Orçamento de 2025 com o pacote fiscal aprovado no ano passado será maior que o estimado. O governo vai encaminhar ao Congresso Nacional alterações na proposta orçamentária deste ano, que ainda não foi votada.

Segundo Haddad, o Ministério do Planejamento e Orçamento reviu, para cima, as estimativas de impacto das medidas de contenção de gastos. O ministro diz que os cálculos serão levados ao Tribunal de Contas da União (TCU), como parte da sustentação do argumento do governo de que o programa Pé-de-Meia será adequado ao Orçamento de 2025.

Até agora, o impacto previsto pelas medidas de cortes de gastos para este ano era de R\$ 30 bilhões, sendo R\$ 15 bilhões em economia efetiva e R\$ 15 bilhões para acomodar pressão de outros gastos que vão crescer.

Agora, o ministro disse que os cálculos do Orçamento foram refeitos, e as estimativas de impacto aumentaram para R\$ 34 bilhões. São R\$ 19 bilhões em economia nas contas públicas e R\$ 15 bilhões para acomodar pressão e outros gastos que vão crescer.

Essas pressões são decorrentes principalmente da **inflação** maior que o previsto e novos gastos.

O governo ainda negocia como incluir o Pé-de-Meia no Orçamento.

- Estamos dispostos a ouvir os técnicos e ministros para negociar, mas tem uma lei aprovada que está sendo cumprida -disse Haddad ontem.

A tendência é que o TCU suspenda a decisão cautelar do ministro Augusto Nardes que bloqueou R\$ 6 bilhões em despesas do Pé-de-Meia este ano. Em conversas reservadas, ministros indicam que a tendência é modular a decisão de Nardes, de modo a exigir que o governo coloque as despesas dentro do Orçamento, mas em prazo mais longo, segundo interlocutores a par do tema. O tema será debatido hoje no plenário do TCU.

SUPERSALÁRIOS

Ontem, Haddad se reuniu com senadores para apresentar as prioridades do governo para a pauta econômica este ano. No encontro, os senadores discutiram opções para tentar avançar na limitação dos supersalários no serviço público.

Na reunião, Haddad agradeceu pela aprovação de medidas econômicas nos últimos dois anos e destacou 11 propostas que já estão em tramitação na Câmara e no Congresso e que são prioridades para o Executivo. Ao final, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), defendeu uma atuação conjunta para impulsionar a agenda econômica do país.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

América Latina "some" da lista de maiores superávits do Brasil

Marta Watanabe e Álvaro Fagundes De São Paulo

O Brasil fechou 2024 não somente com superávit comercial 25% abaixo que o do ano anterior, mas com menor contribuição dos vizinhos ao saldo. A lista dos países que renderam os dez maiores superávits para o Brasil em 2024 não inclui nenhum país latino-americano. Em 2023 havia três: Argentina, Chile e México. Com os três países o saldo para o Brasil caiu porque as exportações diminuíram e as importações cresceram embaladas pela demanda interna. Em 2024 a lista se mantém encabeçada pela China, embora com superávit menor, acompanhada por três países do Sudeste Asiático.

Um deles, Cingapura, país com cerca de 6 milhões de habitantes, vem com o terceiro maior superávit comercial para o Brasil, mantendo posição de 2023. Malásia, em nono, e Indonésia, em décimo, ficaram na lanterninha da lista dos dez maiores superávits de 2024, mas já marcaram presença no mesmo ranking no ano anterior, em posições trocadas entre si. Entre as novidades estão Egito e Irã, em sétimo e oitavo lugares em 2024. Em 2023 ficaram em 16-e 12-, respectivamente.

Num ano em que as exportações caíram 0,8% e as importações avançaram 9%, o superávit total da balança brasileira ficou em US\$ 74,2 bilhões em 2024, contra US\$ 98,9 bilhões em 2023.

A América do Sul, isoladamente, caiu de segunda para quarta maior fonte de superávit para o Brasil entre 2023 e 2024, superada por Oriente Médio e África-Ásia liderou nos dois anos.

Entre os latino-americanos que saíram da lista dos dez maiores superávits, a Argentina, destino tradicional para os manufaturados brasileiros, foi o que trouxe menos saldo para o Brasil no ano passado. O resultado positivo de US\$ 4,71 bilhões em 2023 foi reduzido a US\$201 milhões no ano passado. O desempenho fez o país cair do quarto maior superávit em 2023 para 60a posição no ano passado. As exportações brasileiros aos argentinos caíram 17,6% em 2024 ante o ano anterior, enquanto as importações subiram 13,2%.

Uma explicação conjuntural para isso foi a exportação atípica de soja em 2023, que contribuiu para elevar os

embarques ao país vizinho e não se repetiu no ano passado, lembra José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).

Em razão da quebra de safra em seu território, os argentinos tiveram de importar o grão para honrar contratos de exportação. Em 2023 o Brasil vendeu à Argentina US\$ 2 bilhões em soja, o que correspondeu a 12% do valor total embarcado naquele ano ao país. Em 2024 o embarque de soja voltou à normalidade e foi de apenas US\$ 90 milhões. Já as importações brasileiras de produtos argentinos foram puxadas por automóveis.

Para Livio Ribeiro, sócio da BRCG e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), a Argentina está passando ainda pelo seu grande choque de contração de renda. "Na verdade, definindo-se como um país muito mais pobre do que as pessoas vendiam. O nível de trocas comerciais está se adequando, ao menos no curto prazo, entre a Argentina e o resto do mundo e eles perdem participação na nossa pauta."

Com o Chile, o superávit, de US\$ 3,63 bilhões em 2023 caiu para US\$ 1,71 bilhão no ano passado. O país caiu da sexta posição em 2023 para a 18a. Nas exportações brasileiras para os chilenos o petróleo é o principal item,

com fatia de 29%. A venda das commodity somou US\$ 1,92 bilhão em 2024 para o Chile, com recuo de 38% contra 2023, o que puxou a queda de 16,2% na exportação brasileira total ao país, em igual período. As importações origem Chile subiram 14,8% em 2024, influenciadas principalmente pelo cobre.

Nas trocas com o México o saldo encolheu de US\$ 3 bilhões para US\$ 2 bilhões de 2023 para 2024, o que fez o país cair do sétimo para o 15-maior superávit. O encolhimento de saldo resultou de queda de 9% nas exportações e aumento de 4% nas importações.

Também destino considerado interessante aos manufaturados brasileiros, o México importou US\$ 715 milhões em automóveis do Brasil em 2024. Foi o principal produto vendido ao México, mas teve queda de 35% contra 2023. Já as partes e acessórios de veículos importados pelo Brasil cresceram 22,3% em igual período.

Welber Barrai, sócio da BMJ e ex-secretário de Comércio Exterior, lembra que o Brasil tem acordo comercial antigo com o México, que trata principalmente do setor automotivo. "Existe uma proposta de expansão, para inclusão de mais produtos, mas um dos obstáculos é o protecionismo mexicano em relação à sua agricultura", diz Barrai.

Para ele, a política mais agressiva do presidente americano, Donald Trump, em relação aos países que integram o Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA) - versão atualizada do Nafta negociada no primeiro mandato do presidente americano e que deve receber revisão em 2026 - pode despertar o interesse do México em voltar às negociações para ampliar o acordo comercial que tem com o Brasil. Seria uma oportunidade, embora a instabilidade comercial que as novas tarifas de Trump podem provocar seja "ruim para o mundo inteiro", diz.

Para Ribeiro, o quadro de perdas nas exportações e de queda de superávit na troca com os países vizinhos faz parte de um processo que envolve a América Latina como um todo, de deslocamento do mercado cativo que o Brasil sempre teve em favor da China. "Isso é particularmente marcante em 2024, quando a China começou a acelerar seus embarques, principalmente no fim do ano, antecipando-se ao início da guerra comercial", diz ele, referindo-se ao esperado acirramento do conflito comercial entre China e EUA.

Para saber as perspectivas disso, diz Ribeiro, é preciso "ver onde as coisas vão parar em 2025 e qual será o equilíbrio de comércio

global deste ano". "A pauta de 2024 foi afetada por algumas questões específicas, mas, de maneira geral, o Brasil continua sendo exatamente o mesmo em termos de ofertante de commodities, principalmente para a Ásia. Também tem oferta de alguns produtos industriais para os países das Américas, mas sendo deslocado pelos chineses."

Mesmo tendo caído em 2024 em relação ao ano anterior, o saldo com a China em favor do Brasil é disparado o maior entre todos os parceiros: US\$ 30,73 bilhões em 2024 contra US\$ 51,15 bilhões em 2023. A queda aconteceu tanto por exportação, que somou US\$ 94,4 bilhões em 2024, quase US\$ 10 bilhões menos que em 2023. As importações também contribuíram, com alta de valor absoluto praticamente igual, saindo de US\$ 53,2 bilhões em 2023 para US\$ 63,6 bilhões no ano passado.

Os dados do governo mostram que a soja explica grande parte da queda das exportações rumo à China.

Em 2023, com safra recorde de grãos, o Brasil vendeu aos chineses US\$ 38,9 bilhões em soja. Em 2024, com produção agrícola menor no Brasil, foram US\$ 31,5 bilhões. Os embarques de petróleo e minério de ferro ficaram praticamente estáveis. Juntos, os três produtos somaram 75% de tudo o que a China comprou do Brasil em 2024.

O comportamento das cotações explica bastante o desempenho das commodities no ano passado. Os preços médios de exportação do petróleo bruto caíram 4,4% em 2024 contra o anterior. Os de minério de ferro recuaram 5,2%. Na soja, além da queda de produção em 2024, os preços despencaram 16,9%. O crescimento do PIB chinês ficou praticamente estável nos dois últimos anos, com alta de 5,2% em 2023 e de 5% em 2024.

Já o avanço da importação de itens chineses se explica pela demanda doméstica e pela estratégia do país asiático de direcionar a novos mercados o excesso de oferta enquanto enfrenta novas medidas protecionistas nos EUA e nos países europeus. Em 2024 os carros chineses aproveitaram tarifas mais favoráveis e se destacaram. Puxados por elétricos e híbridos, o Brasil importou US\$ 3,1 bilhões em automóveis chineses em 2024, o triplo do valor de 2023.

Para Castro, o comércio com a China, parceiro que tradicionalmente rende superávits ao Brasil, e com outros países que em 2024 ficaram entre os maiores saldos, como Egito e Irã, refletem a forte venda de commodities. O produto mais embarcado pelo Brasil ao Egito em 2024 foi milho, seguido de açúcares e melaços. Para o Irã, a pauta de exportação foi dominada por milho, soja e farelo de soja.

Cingapura, que forneceu o terceiro maior superávit para o Brasil em 2023 e 2024, funciona como um ponto de reexportação, principalmente para a China e o restante da região do Sudeste Asiático. Holanda, em segundo lugar também nos dois anos, tem papel semelhante, mas em relação à UE.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188115?page=1§ion=1>

Governo pode emitir sinais para ajudar a arrefecer a inflação (Editorial)

A **inflação** em janeiro foi a menor do Plano Real, 0,16%, mas um índice mensal apenas não conta a história toda. Há sinais de piora na evolução dos preços, mas também indícios positivos. Entre os primeiros, a **inflação** de serviços e seus núcleos pioraram em 12 meses. Por outro lado, os preços monitorados estão abaixo da média de 4,56% do IPCA em um ano, e a alimentação, que continua pressionando o índice, recuou, embora mantenha-se elevada, em 7,45%. No entanto, suas maiores altas em janeiro ocorreram em itens da produção doméstica, com preços também formados internamente, que carregam consigo a sazonalidade.

As projeções privadas de **inflação** continuaram subindo, segundo o boletim Focus. Em um mês, avançaram de 5% para 5,58%, com viés de alta. Para 2026, a mesma coisa: foram de 4% para 4,3%. O IPCA está sendo empurrado para cima por três fatores principais. O clima encolheu a produção agrícola, elevando os preços de vários alimentos.

A disparada do dólar piorou os preços dos bens vindos do campo que têm cotação internacional, como soja, milho e, principalmente, carnes. O dólar mais caro também pressionou os bens industriais, que estavam inertes, com **inflação** perto de zero, levando-a para perto de 3% em 2024, ainda assim abaixo da meta. A demanda, aquecida por gastos públicos, aumentou salários, empregos e capacidade de consumo, contribuindo para a subida dos preços.

O retrato dos preços de 2024, quando estouraram a meta, teve continuidade em janeiro. O IPCA de 0,16%, inferior aos 0,52% de dezembro, situou-se acima da expectativa do Banco Central, de deflação de 0,08%, assim como a **inflação** em 12 meses, estimada em 4,37%, mas com 4,56% registrados. No entanto, no intervalo de 12 meses, o IPCA agora é praticamente o mesmo de janeiro de 2024, 4,51%. Os núcleos de **inflação** calculados pela MCM Consultores subiram, aumentando o resultado em 12 meses de 4,34% para 4,54%.

Um dos termômetros mais acurados do calor da demanda, a evolução dos preços dos serviços subjacentes, também acusou alta no ano encerrado em janeiro, aumentando de 5,84% em dezembro para 5,95%. Há pouco menos de seis meses, estava abaixo de 5%. Sem que tenha um recuo expressivo, o

que só ocorrerá com algum esfriamento da economia, dificilmente o IPCA caminhará para 3%.

A alta dos serviços vinha sendo parcialmente compensada até o terceiro trimestre pelo comportamento dos bens industriais, mas esses passaram a subir a um ritmo anual de 3% quando o dólar deu seu segundo salto anual a partir do fim de novembro. Com uma megadesvalorização de 27%, a pressão de custos sobre produtos industriais começou a ser repassada ao consumo. Esse processo não terminou, mas pode ter sido interrompido ou parcialmente revertido pelo recuo da moeda americana no início do ano - até ontem caía 7%.

O IPCA de janeiro, o menor para o mês desde o Plano Real, manteve-se no espectro das expectativas ruins. Mas seu índice gêmeo, o INPC, que apura a variação de preços de bens para quem tem renda até cinco salários mínimos, nada variou, e em 12 meses recuou para 4,17%. No IPCA, o impacto dos alimentos recuou de 0,25 para 0,21 ponto percentual. Com exceção de saúde e transportes, os demais setores variaram perto do zero ou abaixo dele. Os reajustes das passagens de ônibus em várias capitais e de planos de saúde, sazonais, impediram a deflação no primeiro mês do ano. O resultado do mês foi possível principalmente graças ao bônus de Itaipu, que reduziu as tarifas de energia e trouxe deflação aos gastos com habitação.

Os preços da alimentação fora do domicílio ficaram mais comidos. Em um ano, essa **inflação** caiu de 8,22% para 7,44%, segundo cálculos da MCM Consultores. A pressão parece estar se deslocando de bens cujas cotações são dadas em dólar pelos mercados internacionais (café, soja, carnes) para os de produção doméstica. Abobrinha, pepino, tomate, cenoura apresentaram altas de até 40%, enquanto as carnes aumentaram 0,36% na média. Mas arroz, leite, óleo de soja, feijão preto e carioca, milho e batata, de consumo generalizado, tiveram queda de preço em janeiro. Isso sugere que a proximidade de uma safra maior poderá ter uma influência positiva sobre as expectativas do custo da comida.

Os preços dos alimentos se tornaram uma questão política depois da piora de avaliação do governo Lula. Mas pelos índices oficiais, o governo Bolsonaro foi pior neste ponto. Nos dois últimos anos de sua gestão, os alimentos aumentaram 7,94% (2021) e 11,64% (2022).

Nos dois primeiros de Lula, subiram 1,03% (2023) e 7,69% (2024).

A **inflação** continuará penalizando os pobres e causando estragos na popularidade do governo enquanto ele não esfriar o consumo, hoje mais elevado do que a capacidade produtiva para atendê-lo. Não é preciso nem uma recessão nem um arrocho extraordinário nas contas públicas para que o IPCA caia. A busca de superávit primário neste ano e a sinalização de que ele será gradualmente crescente no futuro podem fazer o serviço.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188115?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188115?page=1§ion=1)**

Líderes da Câmara devem usar reunião com Padilha para pedir mais espaço na Esplanada e lista enxuta de prioridades

Líderes partidários da Câmara vão se reunir nesta quarta-feira com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e devem usar o encontro para fazer sugestões de mudanças na forma como o governo desenvolve a articulação com o Congresso.

Entre as demandas dos deputados estão mudanças em uma **reforma ministerial** que atenda a Câmara. Os parlamentares também devem cobrar uma gestão organizada para a tramitação de projetos que considera prioritários.

- Tem que discutir realmente qual é a prioridade da prioridade. Tem que ter calma, é o início e vai ter formação de comissões, vai ter uma agenda até a primeira quinzena de março, votação de orçamento, entre outras coisas. Vamos ter de abril a dezembro para montar uma agenda. É um ano preparatório para eleição, então não adianta estar com devaneio do que é impossível votar. Tem que ter uma pauta mais objetiva - afirmou o líder do MDB na Câmara, Isnaldo Bulhões (AL), que é um cotado por partidos da base para assumir o lugar de Padilha.

O encontro servirá ainda para uma aproximação inicial com os novos líderes. Partidos como Republicanos, União Brasil, PDT e PSB trocaram as lideranças neste ano.

Ainda que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não tenha tomado nenhuma decisão sobre mudanças em ministérios, há sinalizações de alterações em pastas comandadas pelo PT, PSD, União Brasil e PP.

Partidos menores também desejam aumentar a representatividade na Esplanada dos Ministérios. O líder do PDT na Câmara, Mário Heringer (MG), que vai participar da reunião nesta quarta, disse que a legenda deseja ter outro ministério além da pasta da Previdência, comandada pelo presidente licenciado do partido, Carlos Lupi.

-O pedido que nós temos é de termos o segundo ministério. Sempre quisemos um ministério melhor (que o da Previdência), mas o Lupi alcançou vários benefícios lá dentro para o povo brasileiro e, com

certeza, mostrou o valor que ele tem. Mas é um ministério de serviço, ele serve para trabalhar e ele está trabalhando bem - declarou.

Segundo ele, não há uma pasta específica reivindicada pelo partido.

Ainda que seja tratado como uma reunião com líderes da base aliada, nem todos os presentes se identificam como apoiadores do governo Lula.

O líder do Republicanos, deputado Gilberto Abramo (MG), por exemplo, disse que vai participar da reunião, mas reforça que o partido dele adota independência em relação ao governo.

A sigla tem o ministro de Portos e Aeroportos, Silvío Costa Filho, mas também abriga nomes de oposição, como o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Abramo declarou que independente dos partidos serem de esquerda ou direita, o governo precisa do Congresso.

-O governo de uma forma ou de outra tem que estar próximo do Congresso, até porque ele precisa do Congresso, independente se de direita ou de esquerda.

O Planalto só vai divulgar a lista de prioridades após a reunião com o objetivo de buscar aval dos congressistas para avançar nos projetos de interesse do governo. A estratégia também é um gesto aos parlamentares para tentar construir uma pauta em conjunto e levar a público apenas os textos que tiverem chances reais de avançarem na Câmara e no Senado.

Na semana passada, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) levou ao Congresso uma lista com 25 projetos que julga prioritários, como a isenção do IR, limitação a supersalários e regulamentação das big techs. É a primeira vez que a articulação política do governo se reúne com líderes das legendas aliadas ao governo em 2025. O encontro ocorrerá em um momento em que Lula reflete sobre mudanças no primeiro escalão e legendas pressionam por mais espaço em ministérios.

Além das iminentes mudanças no primeiro escalão, o governo convive com os recados emitidos pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), logo na primeira semana na presidência da Câmara. Motta já afirmou que Lula não pode falar para a "bolha", como fez o ex-presidente Jair Bolsonaro, e defendeu que o governo corte gastos.

O chefe da Casa também disse que o 8 de Janeiro não foi uma tentativa de golpe e defendeu que não haja "exageros" nas penas aplicadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) aos condenados. A fala foi criticada por governistas, que estão preocupados com um possível estímulo ao projeto que prevê anistia para os envolvidos no ataque às sedes dos três Poderes.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/02/12/lider-es-da-camara-devem-usar-reuniao-com-padilha-para-pedir-mais-espaco-na-esplanada-e-lista-enxuta-de-prioridades.ghtml>

Proposta de consignado privado não terá teto de juros

THAÍS BARCELLOS thais.barcellos@bsb.oglobo.com.br

Dentro do pacote de crédito prometido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para esta semana, o governo deve enviar ao Congresso o novo formato do consignado privado sem limitação dos juros que poderão ser cobrados. A medida atende ao pleito dos bancos e contraria o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, que queria desenho nos moldes do consignado do **INSS**.

A proposta que será enviada pelo governo deve conter apenas o básico para operacionalização da modalidade a partir da base de dados do eSocial, sistema do governo em que as empresas registram as informações de seus funcionários com carteira assinada, público-alvo da modalidade.

A discussão do governo sobre o uso do **FGTS** como garantia e possíveis mudanças no empréstimo com antecipação do **saque-aniversário** vai continuar de forma apartada. A tendência, porém, é que a modalidade seja mantida, com limitação do número de anos que o trabalhador poderá comprometer de seu fundo.

O crédito consignado permite desconto da mensalidade diretamente na folha de pagamento, o que reduz o risco de inadimplência para os bancos e permite taxa de juros mais baixa. A modalidade, porém, é pouco usada no setor privado, sendo mais comum no setor público e entre aposentados do **INSS**, em que a garantia é o pagamento pelo Estado.

A carteira do consignado privado terminou 2024 em R\$ 39,7 bilhões, contra R\$ 270,8 bilhões do **INSS** e R\$ 365,4 bilhões do funcionalismo público. O juro médio, por sua vez, é bem mais elevado. Em dezembro de 2024, estava em 40,8% ao ano, contra 23,8% do consignado dos **servidores públicos** e 21,9% do **INSS**, que tem teto mensal.

GARANTIA FIRME AOS BANCOS

A ideia do governo é destravar o crédito consignado privado por meio do eSocial. Com informações centralizadas sobre os trabalhadores, a proposta busca conceder garantia mais firme para os bancos, que poderão ajustar a análise de risco. O crédito seria oferecido no eSocial, onde os trabalhadores poderiam

comparar as taxas de cada banco.

A proposta foi apresentada pelo presidente Lula aos bancos no fim de janeiro. Atualmente, as instituições financeiras têm dificuldade de oferecer a linha de crédito, porque o público-alvo é pulverizado e diverso, com diferentes tipos e tamanhos de empresa, além do risco do cliente final.

A oferta depende de convênios bilaterais com as empresas empregadoras. Quando o funcionário é demitido, tem dificuldade de migrar o empréstimo. Com a reformulação, estimativas da Federação Brasileira de Bancos (Febrab) apontam que o saldo de crédito consignado do setor privado poderia triplicar e chegar a R\$ 120 bilhões.

Para os bancos, contudo, para que a modalidade dê certo é preciso não haver limitação para a cobrança de juros, justamente porque o perfil de risco dos trabalhadores com carteira assinada varia muito. Os executivos defendem que a oferta da modalidade não se restrinja à plataforma do governo, mas também ocorra por meio dos canais próprios.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>